



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**DAYANNA SCARCELA DA SILVEIRA LEMOS
FÁBIO PAULINO DE OLIVEIRA
SIRLEY FREIRE NOGUEIRA**

**EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UNILAB: OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO
E INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Redenção – CE
2014



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTANCIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**DAYANNA SCARCELA DA SILVEIRA LEMOS
FÁBIO PAULINO DE OLIVEIRA
SIRLEY FREIRE NOGUEIRA**

**EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UNILAB: OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO
E INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Afonso Ferreira Junior

Redenção – CE
2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

Oliveira, Fábio Paulino de.

O45e

Educação a distância na Unilab: os desafios da implantação e institucionalização. / Fábio Paulino de Oliveira; Dayanna Scarcela da Silveira Lemos; Sirley Freire Nogueira. Redenção, 2014.

66 f.; 30 cm.

Monografiado curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Afonso Ferreira Júnior.

Inclui Lista de Siglas, Referências e Anexos.

1. Ensino à distância. 2. Telemática. 3. Administração pública. I. Título II. Lemos, Dayanna Scarcela da Silveira. III. Nogueira, Sirley Freire.

CDD 371.35

DAYANNA SCARCELA DA SILVEIRA LEMOS

FÁBIO PAULINO DE OLIVEIRA

SIRLEY FREIRE NOGUEIRA

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA UNILAB: OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO
E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Afonso Ferreira Junior
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Prof. Dr. John Hebert da Silva Felix
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Prof. Dr. Ramon Souza Capelle de Andrade
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

Aos nossos familiares e amigos, pelo apoio
imprescindível nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A todos que se fizeram importantes na elaboração deste trabalho, de perto ou de longe, especialmente:

Aos nossos companheiros, Lindemberg Saldanha, Geysa Moura e Eloi Marques, que acompanharam da forma mais íntima cada etapa e apoiaram em todas as dificuldades durante o caminho percorrido;

Ao Professor Fernando Afonso, por dedicar muitas horas de seu tempo concorrido e proporcionar aprendizado intenso, com muita paciência e bom humor, ressaltamos o nosso sentimento de gratidão, admiração e respeito;

À Professora Cida, por doar parte de seu tempo concedendo a entrevista, item fundamental para realização deste trabalho e pelo apoio e incentivo proporcionado;

Aos colegas de trabalho, pela paciência ao nos ouvirem com atenção nas horas difíceis e;

Finalmente, às nossas famílias e amigos, pela compreensão nos momentos em que estivemos ausentes.

*“As palavras só têm sentido se nos ajudam
a ver o mundo melhor. Aprendemos
palavras para melhorar os olhos.”*
(Rubem Alves)

RESUMO

Nas últimas décadas, vários autores têm dedicado seus estudos à tentativa de compreender, com maior clareza, a atuação da educação à distância no Brasil, com destaque para a formação continuada em nível superior. Neste contexto, o presente trabalho pretende examinar o princípio do processo de implantação e institucionalização da Educação à Distância (EaD) na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), buscando identificar as principais ações e políticas que concorreram, positiva e negativamente, para a inserção e desenvolvimento da modalidade nesta instituição de ensino superior pública federal. Para tal, foi realizada uma apreciação de normatizações basilares da Unilab, segundo as quais os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) assumem características institucionais relevantes e, em alguns casos, inovadoras, devido, principalmente, à vocação da Universidade para a interiorização e internacionalização da educação pública superior. Na sequência, são descritos aspectos importantes acerca da implementação e do funcionamento de órgãos internos responsáveis pela gestão do ensino à distância na Unilab, considerando a análise dos dados coletados por meio de entrevista e levantamento de documentação. Para abordar com maior profundidade o tema da institucionalização da EaD na Unilab, foi preciso, inicialmente, resgatar o processo em âmbito nacional, descrevendo as políticas públicas instituídas pelo Governo Federal para esse fim, e, só então, abordar particularidades internas do processo, tais quais a exploração de aspectos políticos e filosóficos, aspectos de continuidade, comunicação, infraestrutura e políticas discentes. A partir desse estudo, foi possível identificar ações favoráveis e obstáculos ao processo de implantação e institucionalização da educação à distância na Unilab.

Palavras-chave: Tecnologias da informação e comunicação (TIC). Tecnologia no ensino superior. Educação e tecnologia. Educação à distância.

ABSTRACT

In the last decade, several authors have devoted their studies trying to understand, with greater clarity, the role of distance education in Brazil, with emphasis on continuing education at the college level. In this context, this study aims to examine the principle of the institutionalization deployment process of Education Distance Learning at the University of International Integration Lusophone African-Brazilian, searching to identify the key actions and policies which contributed positively and negatively to the insertion and development of the modality on this federal public higher educational institution. This requires an analysis of important documents of Unilab, under which the resources of Information Technology and Communication admit relevant institutional features and, in some cases, innovative, mainly due to the vocation of the University for internalization and internationalization was performed public higher education. Following, some important aspects are described about the implementation and functioning of internal places responsible for the management of distance education in Unilab, considering the analysis of all information collected through interviews and the analysis of documentation. To get a deeply approach the issue of institutionalization of EAD in Unilab was necessary, firstly, rescue the nationwide process, describing the public policy established by the Federal Government for this purpose, and only then, addressing internal particularities of the case, such which the development of political and philosophical aspects; aspects of continuity, communication, infrastructure and students policy. From this study, it was possible to identify favorable actions and obstacles to the implementation and institutionalization of distance education in Unilab process.

Keywords: Information Technology and Communication. Technology in higher education. Education and Technology. Distance Education.

LISTA DE SIGLAS

Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
Capex	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCV	Coordenadoria de Concursos da Universidade Federal do Ceará
Cead	Coordenadoria de Educação Aberta e à Distância
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DEAAD	Diretoria de Educação Aberta e à Distância
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Educação à Distância
IES	Instituições de Ensino Superior
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
Ipes	Instituições Públicas de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAP	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEED	Secretaria de Educação à Distância
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	Histórico e diagnóstico da situação da EaD na Unilab	14
2.1	Contexto	14
2.2	Histórico	15
2.2.1	Primeiro Ingresso de Alunos	17
2.2.2	Primeiro Ingresso de Tutores	18
2.2.3	Material Didático	20
2.2.4	Ambiente Virtual	21
2.2.5	Ingresso de Docentes	21
2.3	Funcionamento	22
2.3.1	Coordenação da UAB	22
2.3.2	Coordenação de Educação Aberta e a Distância	23
2.3.3	Núcleos	24
3	Processo de Institucionalização da EAD na UNILAB	26
3.1	Educação a Distância no Brasil	26
3.2	Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)	28
3.3	O Processo de Institucionalização nas Universidades Públicas Brasileiras	30
3.4	A Realidade da Unilab	34
3.4.1	Aspectos Políticos e Filosóficos	34
3.4.2	Aspectos de Continuidade	35
3.4.3	Aspectos de Comunicação	35
3.4.4	Aspectos de Infraestrutura	36
3.4.5	Aspectos de Políticas Discentes	36
3.5	Perspectivas	38
4	Considerações Finais	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		
	43ANEXO A – Entrevista semiestruturada com a Professora Maria Aparecida Silva	
	49	
	ANEXO B – Aspectos principais de identificação do nível de institucionalização da Ead em instituições públicas de ensino superior brasileiras	
		63

1 Introdução

Nas últimas décadas, nota-se crescente a preocupação em torno da necessidade de ampliar os meios de acesso à educação no Brasil. Uma das ações que torna possível a concretização dessa ampliação é a educação à distância, que surge para possibilitar que cidadãos que não teriam condições para frequentar o ensino presencial possam ter acesso à educação, qualificar-se e alcançar oportunidades de ingressar em uma carreira profissional.

O Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que deu nova regulamentação ao art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, definiu assim a EaD, no art. 1º :

Modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Com o aperfeiçoamento dos serviços de correio, a evolução dos meios de transporte e, sobretudo, o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação e da informação, a Educação à Distância emerge para ampliar as possibilidades de qualificação do indivíduo. Uma nova realidade que atende às exigências dos novos tempos, com flexibilidade para que o conhecimento chegue ao cidadão, em toda parte. Uma transformação decisiva nos destinos da educação.

Compreendendo o ensino à distância como alternativa para ampliar o acesso à educação, superando limites de tempo e espaço, e buscando adaptar-se à nova realidade, o Governo brasileiro criou leis e estabeleceu normas para a modalidade no País. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) inseriu-se nesse contexto no ano de 2010, com a criação dos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância.

A oportunidade de participar do Curso de Especialização à Distância em Gestão Pública na Unilab aliada à contextualização ora apresentada trouxeram questionamentos que suscitaram a relevância deste trabalho: *como foi iniciado o processo de implantação do ensino à distância na Unilab? Quais os principais obstáculos que surgiram? A partir de que*

momento teve início o processo de institucionalização? Como está estruturada a EaD hoje na Unilab?

Os questionamentos apontados, entre outros, levaram à proposição desta pesquisa, que tem como temática principal a Educação à Distância na Unilab. Como objetivo geral, este trabalho almeja conhecer o processo de institucionalização da modalidade na Universidade, relacionando histórico e desafios que incidiram positiva e negativamente nesse processo. A partir dessa problemática, são considerados os objetivos específicos de *a) apresentar o diagnóstico da situação da EaD na Unilab* e *b) descrever o processo de institucionalização da EaD na Unilab*, que norteiam o presente estudo.

A pesquisa bibliográfica, conforme elucidam Marconi e Lakatos (1985, p. 142), é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O trabalho proposto se traduz em um estudo de caso que contempla principalmente a realização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e, por fim, a realização de entrevista semiestruturada com a diretora de Educação Aberta e à Distância da Unilab, a Professora Dra. Maria Aparecida da Silva, com foco no panorama de implantação do curso de graduação em Administração Pública e dos cursos de pós-graduação (especialização) em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, atualmente oferecidos na modalidade à distância na instituição. A entrevista com a diretora foi realizada em duas etapas, um dia para cada etapa com duração média de oitenta e seis minutos de gravação que foi transcrita e encontra-se como anexo deste trabalho.

Gil (2010, p. 57) caracteriza estudo de caso como o “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante outros tipos de delineamentos considerados”. Em relação à entrevista, Gil (2010, p. 111) considera que as entrevistas mais estruturadas são aquelas que predeterminam em maior grau as respostas a serem obtidas, ao passo que as menos estruturadas são desenvolvidas de forma mais espontânea, sem que estejam sujeitas a um modelo preestabelecido de interrogação.

As entrevistas semiestruturadas são formadas por uma combinação de perguntas abertas e fechadas, e o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema. Nesta

pesquisa, foram formuladas questões previamente definidas, entretanto, foram dadas as devidas atenções para os momentos mais oportunos de inserção de questionamentos adicionais para elucidar questões que não se fizeram claras e/ou para ajudar a recompor o texto da entrevista.

De acordo com Queiroz (1988), a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos. Desse modo, da vida do informante só interessa aquilo que vem se inserir diretamente no domínio da pesquisa. A autora considera que, por essa razão, existe uma distinção nítida entre narrador e pesquisador, pois ambos se envolvem na situação de entrevista movidos por interesses diferentes.

Em termos de estrutura, além do capítulo da introdução, este trabalho é composto por mais três capítulos. O capítulo 1, que corresponde ao presente texto introdutório, objetivou, em linhas gerais, situar o leitor no que concerne às motivações para a pesquisa realizada, a contextualização inicial deste trabalho.

O capítulo 2, cujo título é *Histórico e diagnóstico da situação da EaD na Unilab*, apresenta o histórico bem como a estrutura de funcionamento para a educação aberta e à distância na instituição de ensino.

O capítulo 3, intitulado *Processo de institucionalização da EaD na Unilab*, aponta, a partir da apresentação de relevantes fatos acerca do histórico da educação à distância no Brasil, para a realidade da Unilab, no que concerne aos aspectos políticos e filosóficos, de continuidade, de comunicação, de infraestrutura e de políticas discentes.

Por fim, o capítulo 4, denominado *Considerações Finais*, compreende uma interpretação dos resultados a partir dos elementos estudados no desenvolvimento da pesquisa, bem como propostas de perspectivas futuras para a problemática investigada.

2 Histórico e diagnóstico da situação da EaD na Unilab

2.1 Contexto

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) foi criada pela Lei 12.289, de 20 de julho de 2010, e, segundo suas diretrizes gerais¹, foi instituída com vistas à interiorização da educação superior no País e à internacionalização, realizando integração com países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), principalmente os países africanos. Atualmente, a Unilab mantém o seu funcionamento em dois municípios do Estado do Ceará, Redenção e Acarape, e em um município do Estado da Bahia, São Francisco do Conde. Cinquenta por cento das vagas dos cursos de graduação presenciais são para estudantes brasileiros e cinquenta por cento para estudantes estrangeiros.

Nas diretrizes gerais da Unilab, é destacada a importância das tecnologias de informação e comunicação (TICs), pois é considerado que, por meio delas, o estudante terá acesso a diversas metodologias integradoras do ensino, fundamentadas em seu uso intensivo. Considera-se também que essas tecnologias servirão de base para a educação aberta em conjunto com os países parceiros, ou seja, nações que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente africanos, e da região de Macau.

A missão de realizar a integração entre países de quatro continentes (africano, americano, asiático e europeu) e dois estados da Federação Brasileira, exigem da Unilab repensar técnicas de ensino-aprendizagem que sejam capazes de aproximar esses povos.

Pretto (2001 apud BARRETO, 2003) afirma que as TICs possibilitam a redução de distâncias. Essas tecnologias são alvo da maioria das discussões quando se aborda seu uso na educação, principalmente na educação à distância.

Mill(2010) corrobora com esse pensamento quando afirmam que atualmente a sociedade experimenta o redimensionamento dos espaços e tempos tradicionais, iniciado com

¹Diretrizes Gerais - Documento que tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, como a Comissão de Implantação da Unilab compreende os desafios de integração e internacionalização do Brasil e países estrangeiros.

a popularização das tecnologias digitais. Ressaltam que as transformações sociais e tecnológicas na educação possuem um forte impacto, especialmente na educação à distância, modalidade que utiliza intensamente as tecnologias.

Outro aspecto que consta nas diretrizes da Unilab e que está incluso em seus objetivos é a abertura e coordenação de polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em todos os países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) ofertando cursos nas áreas de gestão e formação de professores. Esse movimento foi iniciado com a assinatura da Portaria Normativa nº 22, de 26 de outubro de 2010, que institui o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior à Distância na República Popular de Moçambique, a ser gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pela Unilab, em estreita cooperação com instituições de ensino superior brasileiras, participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Em entrevista² realizada com a Professora Dra. Maria Aparecida da Silva, diretora de Educação Aberta e à Distância da Unilab, ela relata que a educação à distância na recém-nascida universidade se iniciou a partir da proposta de ser uma Universidade Internacional e fazer integração utilizando as técnicas em educação à distância (EaD).

2.2 Histórico

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) instituiu seu primeiro curso com modalidade à distância no dia 18 de novembro de 2010, por meio da Resolução de nº 09, aprovada pelo Conselho Universitário. Nesse documento, foi aprovada a criação do curso de graduação em Administração Pública (bacharelado). Em seguida, no dia 13 de dezembro de 2010, foram aprovados os cursos de especialização *lato sensu*: Gestão Pública Municipal, Gestão Pública e Gestão em Saúde.

Diante da necessidade de viabilizar a participação da Unilab nos programas e editais da Universidade Aberta do Brasil (UAB) / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de estabelecer políticas institucionais, foi criada a Coordenadoria de Educação Aberta e à Distância (Cead), vinculada à Reitoria da Universidade. A Cead nasceu

²Vide Anexo A

com a finalidade de coordenar, supervisionar e dar apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, cultura e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, exercidas mediante ações de educação à distância. No ano de 2012, após aprovação do estatuto da Unilab, a Cead passou a ser denominada Diretoria de Educação Aberta e a Distância (DEAAD).

Os cursos criados puderam ser ofertados por meio da adesão ao Edital nº 19/ 2012 do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), lançado pela Capes. Entretanto, para viabilizar essa adesão, foram realizadas articulações para se adequar às exigências do edital do PNAP, entre elas o número de vagas e a aptidão dos polos.

Em meio a esse cenário, foram criados os polos de apoio presencial para a educação à distância na Unilab, o primeiro na sede da Universidade, Município de Redenção, Estado do Ceará, denominado Polo Associado Redenção, e o segundo, no campus de São Francisco do Conde, situado no Estado da Bahia, denominado Polo Associado São Francisco do Conde. Ambos contam com regimentos internos que regulamentam suas estruturas, suas organizações e seus funcionamentos com base na legislação vigente que versa sobre o tema e nas exigências do edital da Capes.

Os polos de apoio presencial são unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades didático-pedagógicas e administrativas que propendem à implantação e o desenvolvimento de cursos e programas oferecidos na modalidade à distância, no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Para formalização dos polos, a Unilab firmou acordo de cooperação técnica com a Capes, com o Ministério da Educação (MEC) e convênios com Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) que possuem condições de oferecer cursos nesses polos. Em seus regimentos internos, são previstas ainda parcerias com órgãos locais, governamentais ou não governamentais mediante celebração de acordos ou convênios.

Conforme Andrade (2009), os cursos da UAB ofertados em polo de apoio presencial possuem a missão de potencializar o desenvolvimento regional e, com a sua interiorização, a educação superior se aproxima de um público que comumente não chega aos cursos presenciais. Acortina-se aqui um cenário para a Unilab, pois o Sistema UAB não permite que

se cumpra a Lei de Criação e Integração de estudantes de diversos países no mesmo ambiente de ensino-aprendizagem. Enfim, permite regionalizar, mas não permite internacionalizar.

Com a oferta de ensino superior gratuito, os polos de Redenção e de São Francisco do Conde contribuem para o desenvolvimento de seus respectivos municípios, ou seja, a região do Maciço de Baturité, Estado do Ceará, e região do Recôncavo da Bahia, respectivamente. A proposta é oferecer educação crítica, reflexiva e científica que promove o multiculturalismo, fortalecendo a integração internacional, conforme consta nas diretrizes da universidade. De acordo com os regimentos dos polos, eles possuem a finalidade de ampliar o acesso à educação superior pública e fomentar o desenvolvimento institucional para modalidade de educação à distância, apoiado em tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Os cursos à distância da Unilab iniciaram suas atividades no mês de fevereiro de 2013 nos polos da universidade já citados e nos polos de apoio presencial parceiros. Estes estão situados no Estado do Ceará, nos municípios de Aracati, Aracoiaba, Limoeiro do Norte e Piquet Carneiro.

2.2.1 Primeiro ingresso de alunos

O ingresso dos alunos de graduação foi realizado por meio de vestibular organizado pela Coordenadoria de Concursos (CCV) da Universidade Federal do Ceará, tutora da Unilab naquele momento. Foi lançado o Edital PROGRAD 24/2012 com 350 vagas. O curso possui duração de quatro anos, incluindo estágio curricular supervisionado e mínimo de 120 horas de atividades complementares.

Em relação aos alunos dos cursos de especialização, a entrada foi realizada por meio da abertura dos Editais PROPPG 07/2012 e 02/2013. Os cursos foram ofertados com prazos máximos de 12 meses para integralização dos créditos e de 3 meses para elaboração e defesa do trabalho de conclusão de curso. O processo seletivo foi organizado em duas etapas, a primeira constituída de prova de títulos, e a segunda constituída de análise do plano profissional, ambas de caráter classificatório. Foram ofertadas 1.050 vagas para os três cursos, distribuídas pelos polos de atuação da Unilab.

Os cursos de graduação e especialização foram ofertados por meio do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e em conformidade com as publicações da página da Capes na internet, “os cursos têm por objetivo a formação e qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício das atividades gerenciais”.

2.2.2 Primeiro ingresso de tutores

A tutoria trabalha com o objetivo de oferecer as melhores condições aos estudantes na oferta de cursos à distância, visando mitigar as deficiências, dificuldades e dúvidas que naturalmente surgem à medida que os cursos são realizados. É considerada peça-chave na ação de aprendizagem, pois o tutor é responsável por realizar o acompanhamento do estudante ao longo do curso e deve estabelecer as mínimas condições para que o discente disponha de todos os recursos que os cursos podem oferecer. De forma prática, o tutor possui o intuito de orientar os estudantes quanto ao material didático e aos procedimentos pedagógicos apropriados, incentivando os alunos a participarem de todas as atividades propostas (DALMAU, 2011).

Durante a entrevista realizada com a diretora de Educação Aberta e a Distância da Unilab, foi questionado como se deu o processo de seleção de tutores para a oferta dos primeiros cursos. Ela explicou que, de início, o processo seletivo foi realizado por meio de edital, e os alunos do curso de especialização presencial Gestão Governamental foram incentivados a participar; entretanto, na medida em que o processo se ampliou, os editais foram abertos para o público em geral.

Para o ingresso dos tutores, a seleção foi conduzida pela DEAAD/Unilab. Foram realizados processos seletivos de tutores presenciais e tutores à distancia.. No caso da graduação, conforme edital, para tutores presenciais foram ofertadas sete vagas para atuação imediata e sete vagas para cadastro de reserva. Já nos cursos da especialização, foram ofertadas 14 vagas para cada curso com atuação imediata e 14 vagas para cadastro de reserva. Cabe ao tutor presencial apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações.

Para o ingresso de tutores à distancia foram ofertadas quatorze vagas para tutores com atuação imediata e quatorze vagas para cadastro de reserva, tanto para o curso de

graduação em Administração Pública, como para os três cursos de especialização. Conforme o edital cabe ao tutor à distância a promoção e manutenção de ambientes de ensino-aprendizagem virtuais e ser um orientador pedagógico, com função de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Os tutores presenciais e à distância recebem pelo desenvolvimento de suas atividades uma bolsa no valor de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) da Capes/UAB e possuem como algumas de suas atribuições:

- mediar a comunicação de conteúdos entre professor e estudantes;
- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e responder às solicitações dos alunos no prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela instituição de ensino;
- elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações.

Para Preti (1996 apud BENTES, 2009), o tutor é um dos grandes responsáveis pela efetivação do curso em todos os níveis, orientando, dirigindo e supervisionando o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

2.2.3 Material didático

A Unilab utiliza em seus cursos de educação à distância o material didático disponibilizado pela UAB/PNAP, que tem como proposta oferecer a base de referência para todas as disciplinas. O material didático da UAB é elaborado por profissionais experientes da área de Administração Pública de diferentes instituições. A diretora de Educação a Distância da Unilab explicou que esse material é financiado pela Capes para todas as universidades do País e também é responsável pela reprodução e impressão desse material e pela reprodução de mídias. A universidade se responsabiliza por elaborar os termos de referência e os editais para aquisição desse material didático.

Preti (2007) considera que, diante de uma abordagem sistêmica, a modalidade à distância é formada por vários sujeitos e componentes que se interligam atuando e interagindo “para que o processo de ensinar seja objetivado e o de aprender se concretize de maneira efetiva”. O autor analisa e inclui o material didático entre esses componentes, ressaltando que ele é produzido especificamente para o estudante que não possui o apoio presencial de um professor. Além disso, salienta que é considerado material didático uma diversidade de meios tecnológicos que podem ser utilizados no processo de ensino, não se restringindo ao material didático impresso.

Para Moore e Kearsley (2010), o texto é a mídia mais comum utilizada na educação à distância, mesmo com o crescimento da comunicação on-line, o texto impresso é ainda maioria. O texto impresso pode assumir várias formas, estão incluídos, livros, manuais, guias de estudo e anotações de aula.

Preti (2007, p. 182) se preocupa em destacar que:

É necessário entender também que o material didático do curso apresenta suas limitações. É um recorte no campo do saber que necessita ser expandido com a leitura dos outros materiais bibliográficos (leituras complementares) e com a pesquisa (seminários temáticos). Limitar a formação do estudante à leitura do material didático impresso do curso é empobrecer sua formação. Por isso, o texto didático impresso na EaD é qualificado de texto base, pois serve de referência, de ponto de partida para o estudo, não pode ser o único texto a ser disponibilizado ao estudante.

2.2.4 Ambiente virtual

Para o funcionamento dos cursos, segundo o relato da diretora da DEAAD, a Capes ofertou duas salas de webconferência para a transmissão das aulas, estas são cedidas para a instituição pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Conforme consta na página na internet da RNP,

Conferência Web é um serviço de comunicação e colaboração da RNP que promove encontros virtuais entre dois ou mais participantes. O serviço possibilita que, mesmo distantes geograficamente, os participantes compartilhem áudio, vídeo, texto, imagens, quadro branco e a tela de seus computadores.

A diretora declarou que o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado na universidade é o *Moodle*, instalado e atualizado pela equipe da Diretoria de Tecnologia de Informação (DTI) da Unilab, e explicou que *Moodle* é um software de livre acesso normalmente utilizado pelas universidades.

Piva Jr. et al. (2011) declara que o acesso ao *Moodle* está disponível em um site oficial, este pode ser instalado em um servidor *web* onde ficará acessível pela internet, a instalação é bem simples e intuitiva.

2.2.5 Ingresso de docentes

Durante a entrevista, ao ser questionada sobre como se deu a formação do corpo docente dos cursos, a diretora da DEAAD respondeu informando que para o ingresso dos professores ainda não foi realizado processo seletivo, a inserção destes na universidade foi realizada por meio de convites a docentes de instituições federais de ensino superior do Estado do Ceará, ou seja, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Cariri. Ressalta que é necessário ter o curso de mestrado e experiência de um ano no ensino superior. Quando o docente possui de um a três anos de experiência no ensino superior, a bolsa disponibilizada pela Capes é no valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) e, quando o docente possui experiência de mais de três anos, a bolsa ofertada é no valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais).

Dalmau (2011) considera possível que o corpo docente seja um dos aspectos que mais obtiveram mudanças em sua atuação, quando se coloca diante da modalidade à distância.

A sua relação é modificada quando a interação rotineira no meio presencial não é possível de ser realizada em tempo real. Isso provocou uma alteração nas estruturas de aula e na elaboração dos conteúdos, pois existe uma necessidade de elaboração prévia do material de melhor se adequar às características da EaD.

2.3 Funcionamento

Para garantir o funcionamento do bacharelado em Administração Pública e dos três cursos de especialização, a Diretoria de Educação Aberta e à Distância (DEAAD) da Unilab conta com uma equipe limitada. Conforme a diretora declarou em entrevista, não há servidores técnico-administrativos da universidade trabalhando com os cursos ofertados. As atividades ligadas aos cursos são realizadas por funcionários contratados que são remunerados pelos seus trabalhos por meio de bolsas da Capes.

Atualmente, a Diretoria de Educação Aberta e à Distância (DEAAD) é constituída pela Coordenação da UAB, Coordenação Adjunta da UAB, Coordenação de Educação Aberta e a Distância (CEAD) e seis núcleos: núcleo de tutoria, núcleo de comunicação e produção de material didático, núcleo de formação, núcleo de projetos e fomento, núcleo de acompanhamento de cursos e polos e núcleo da tecnologia da informação e comunicação em EaD. Durante a entrevista, a diretora realizou um relato caracterizando cada um desses espaços.

2.3.1 Coordenação da UAB

Para a universidade se credenciar no sistema UAB, é necessário que seja nomeado na instituição um coordenador que atue como articulador da universidade junto a Capes. A diretora da DEAAD também atua no papel de Coordenadora da UAB, que conta com um coordenador-adjunto. Essa coordenação viabiliza a participação da Unilab nos programas e editais da UAB e para operacionalização das ações, possui um Núcleo de Educação à Distância que engloba os quatro cursos, o Bacharelado em Administração Pública e os cursos de especialização *lato sensu*: Gestão Pública, Gestão em Saúde e Gestão Pública Municipal.

A diretora informou que esse núcleo recebe os recursos da Capes para remunerar os funcionários e uma equipe multifuncional. Nele estão locados os trabalhadores terceirizados

que estão ligados aos cursos. A Professora Aparecida complementou: “Todas as pessoas que fazem os cursos funcionar são da coordenação da UAB e recebem bolsas da Capes, inclusive os professores”

Para atuar junto aos cursos e atendendo às exigências do edital da Capes, a coordenação também conta com os já citados polos de apoio presencial e seus conselhos gestores.

De acordo com os regimentos internos dos Polos de Apoio Presencial, a gestão administrativa dos polos deve ser constituída pelo coordenador do polo, conselho gestor do polo e servidores técnico-administrativos em educação. A gestão pedagógica deve ser constituída pelo coordenador e tutores do polo, diretor da DEAAD, professores de instituições públicas de ensino superior que mantêm acordo de cooperação técnica ou termo de compromisso com a Unilab, no âmbito da educação à distância.

Segundo consta nas normativas que instituem os conselhos gestores na Unilab, cada polo deve possuir um Conselho Gestor que se trata de órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo que tem como finalidade o acompanhamento e o controle social da implementação e da execução das atividades dos polos e apoio. Possui a função de acompanhar e apoiar o desenvolvimento das atividades realizadas nos polos e se responsabiliza pela infraestrutura e as condições materiais necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades, tendo como referência as orientações da Capes e do MEC. Sua composição é formada pelo Coordenador da CEAD, Coordenador do polo, Coordenador da UAB na Unilab, Coordenador Adjunto da UAB na Unilab, Coordenador dos tutores presenciais, dois tutores presenciais, dois professores da Unilab, dois servidores técnico-administrativos, dois representantes discentes e dois coordenadores de curso dos polos.

2.3.2 Coordenação de Educação Aberta e à Distância

A Professora Maria Aparecida explicou que a Diretoria de Educação Aberta e a Distância da Unilab foi criada com o intuito de ofertar vários programas relacionados à educação a distância, o sistema UAB é apenas um dos programas que a DEAAD está atuando atualmente. Acrescentou que em breve a Diretoria irá aderir a mais um programa, que será realizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

(Secadi), voltado para diversidade e cultura africana, onde estão incluídos cursos de extensão e especialização para formação de professores.

2.3.3 Núcleos

Conforme relatou a diretora, a DEAAD possui seis núcleos que foram criados no ano de 2013, mas, somente há pouco tempo, conseguiu corpo docente para iniciar os trabalhos. São eles: núcleo de tutoria, núcleo de comunicação e produção de material didático, núcleo de formação, núcleo de projetos e fomento, núcleo de acompanhamento de cursos e polos e núcleo da tecnologia da informação e comunicação em EaD. A diretora ressaltou que a sua intenção era iniciar os trabalhos com servidores técnico-administrativos, todavia a DEAAD conta apenas com dois servidores e desse modo, as atividades dos núcleos tiveram que ser iniciadas.

É notável que para fazer funcionar a educação à distância no Brasil, principalmente no interior dos estados, é necessária uma infraestrutura que atenda às necessidades da sociedade, tomando como principal objetivo a promoção de educação de qualidade, incluindo setores sociais que possuem dificuldades de acesso à vida universitária.

Por meio do depoimento da diretora de Educação Aberta e à Distância da Unilab, Professora Dra. Maria Aparecida da Silva, é percebido que o trabalho desenvolvido é intenso e a quantidade de esforços não é medida diante de tantos aspectos a serem considerados, principalmente o de ser uma universidade “recém-nascida”, com diretrizes de interiorização e internacionalização.

Pimentel (2010, P. 268) enfatiza que:

No Brasil, com o Programa Universidade Aberta, as instituições de ensino superior passam a enfrentar os desafios da política nacional de formação de professores: a expansão dos campi por meio dos Polos de Apoio Presencial e o aumento do número de alunos, além da criação de novas universidades, do apoio ao uso intensivo de TIC, da ampliação do quadro de docentes; enfim estamos diante de um novo cenário educacional, junto a novas diretrizes políticas de expansão e permanência no ensino superior.

Durante a entrevista, a diretora foi questionada sobre como foi superada a questão da infraestrutura necessária para o funcionamento dos cursos da UAB, visto que a Unilab é uma universidade recente. Em resposta, a diretora explicou que muitos problemas ocorreram: não havia a quantidade de pessoas suficiente, não havia formação de professores nem de tutores, mas os cursos tiveram que ser iniciados. Ressaltou que não mediu esforços, iniciou com professores e tutores que não estavam preparados. “Por motivos internos, a Unilab acabou não se preparando para o início”. Grande parte das pessoas envolvidas não possuía experiência, não só em educação à distância, mas também em gestão. A professora enfatizou: “Os processos não foram bem pensados, as escolhas foram realizadas como era possível e não como deviam ser”.

Diante de todas as dificuldades de estruturar a Educação a Distância (EaD) em uma instituição de ensino superior, também é considerado como entrave para implantação efetiva de um sistema de EaD o processo de institucionalização da modalidade, seja dentro das próprias instituições, seja na política governamental (MILL; PIMENTEL, 2010).

3 Processo de institucionalização da EaD na Unilab

3.1 Educação à Distância no Brasil.

A educação à distância é uma modalidade que atravessou diversas gerações sempre em processo de evolução. Esse processo tem início desde a época do estudo por correspondência até o aprendizado on-line que é realizado em universidades virtuais fazendo uso de diversas tecnologias.

Preti (2009, p. 91) afirma que experiências educativas à distância já existiam no Brasil no final do século XVIII. Durante o século XIX, com a industrialização e divisão do processo de trabalho, essas experiências foram se desenvolvendo para atender as demandas de qualificação e especialização de mão de obra. No século seguinte a expansão se deu de forma rápida, principalmente na educação superior, entretanto, o crescimento da modalidade foi acelerado a partir da década de 1970. O autor coloca os fatores responsáveis pelo crescimento da modalidade a partir daquela data:

Graves problemas enfrentados pelo sistema formal de educação (monopolista, fechado, ritualista, expulsador e de exclusão); processo de democratização da sociedade que passa a exigir acesso também ao ensino superior; desenvolvimento das técnicas de comunicação, que vem caminhando de maneira mais rápida e expansiva.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro utilizou o método à distância para instruir integrantes do Exército e da Marinha, muitos projetos foram implantados, entre eles, a criação do Instituto Universal Brasileiro e redes de televisão passaram a disseminar a modalidade oferecendo educação básica (PIVA JR., 2001, p. 11)

Moraes (2010, P. 325) considera que:

Na década de 1990 vivenciamos com maior intensidade o processo de abertura econômica, que expressou, a curto prazo, uma forte pressão pela denominada Educação Continuada e Permanente. Além de trazer consigo toda a discussão em torno do uso das novas tecnologias, tal fato fez com que a EaD fosse novamente considerada uma possibilidade real de ampliação de oportunidades educacionais para a população como um todo.

Kipnis (2009, p. 210) complementa essa ideia quando coloca que na mesma década, além da difusão da revolução das TICs e sua aplicação no processo educacional, a EaD passou a ser inserida efetivamente nas instituições de educação superior.

É perceptível que a história da EaD no Brasil é antiga e rica em ações isoladas. Para Preti (2009, p. 105), durante muito tempo programas e cursos de formação foram implantados recorrendo à modalidade à distância, todavia esses programas foram realizados como ações ou estratégias emergenciais, como exemplos, o analfabetismo, a qualificação de professores ou a requalificação dos trabalhadores. Apesar da utilização da EaD nos programas de capacitação, o governo federal não havia definido uma política educacional na qual a educação à distância tivesse função clara e definida. Esse viés somente esteve presente na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Kipnis (2009, p. 212) corrobora com esse pensamento quando observa a evolução da legislação e das políticas públicas no Brasil no que se refere à educação superior e afirma que “somente com a LDB, de 1996, a EaD encontra um espaço legal para sua institucionalização, mesmo que ações isoladas já estivessem ocorrendo desde a década de 1970”.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, do dia 20 de dezembro de 1996, está inserida no processo de institucionalização da modalidade de educação à distância a nível governamental no nosso País. Em seu artigo 80, versa sobre o incentivo que o poder público passa a desenvolver e veicular nos programas de ensino à distância. O artigo supracitado está regulamentado pelo Decreto 5.622, 19 de dezembro de 2005, que normatiza o credenciamento dos cursos nas instituições, caracteriza a educação à distância, dispõe sobre sua organização e oferta e define explicitamente as determinações legais em EaD.

Lobo (2013, P. 3) considera que o decreto representa “um indicativo de qualidade e concatenação de esforços para a regularização da EaD como proposta educacional viável e legalmente organizada, e portanto, respeitada pela sociedade como um todo.”

Como parte do processo de institucionalização da EaD nacionalmente, pode-se mencionar também o Decreto Federal de nº 5.573 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de

graduação e sequenciais, no sistema federal de ensino. O Decreto define alguns pontos normativos de EaD e as competências da extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED).

Outro ponto que faz parte do histórico de institucionalização nacional foi o estabelecimento de Referenciais de Qualidade de EaD pelo Ministério da Educação (MEC), elaborado em 2003, com alterações em 2007. Segundo consta no documento, esse trabalho foi resultado de um relatório realizado pela primeira comissão de especialistas no assunto que tinham o objetivo de discutir os referenciais de qualidade para educação superior à distância. O documento foi elaborado com o intuito de garantir a qualidade nos processos de EaD no Brasil e coibir a precarização da educação superior e a sua oferta indiscriminada, tendo em vista que a educação à distância possui papel importante no desenvolvimento da política permanente de expansão da educação superior no país. Nos referenciais é destacado que um projeto de curso superior à distância tem a necessidade de assumir um forte compromisso institucional para a garantia de um “processo de formação que contemple a dimensão técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão”. O documento realiza uma abordagem sistêmica e classifica como categorias os aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura.

Para Schlünzen (2013, p. 117) ficam destacados nos referenciais que todos estejam articulados na construção e no desenvolvimento dos cursos, sendo destacados a integração de políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos, infraestrutura e convênios, entre outros que devem nortear as instituições.

3.2 Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)

O Sistema Universidade Aberta do Brasil trata de um marco histórico para educação Brasileira e para o processo de institucionalização da Educação à Distância na educação superior.

Conforme consta no Decreto de nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a Universidade Aberta do Brasil possui a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no Brasil. Em resumo, seus objetivos se fundam na oferta de cursos de qualidade para formação de professores e capacitação de gestores públicos, ampliar o acesso a

educação superior pública e fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância.

Segundo Balzzan (2010), a UAB é fruto de discussões realizadas no Fórum das Estatais pela Educação, ocorrido no ano de 2004. No evento, foram discutidos os problemas da educação superior do Brasil e seus desafios e a UAB foi inserida como política pública para expansão e democratização do ensino superior. O projeto piloto foi o curso superior de Administração executado em várias unidades federativas do país e serviu como referência para o sistema UAB.

Para Mota (2009, p. 300), o Ministério da Educação cumpriu sua missão institucional implementando um conjunto de macropolíticas públicas voltadas para o adequado desenvolvimento, a melhoria e a valorização da educação no Brasil em todos os níveis e modalidades. O sistema UAB representa a convergência de esforços das instituições participantes do Fórum das Estatais pela Educação para criação das bases da primeira Universidade Aberta do País.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) não propõe a criação de uma nova instituição de ensino, a proposta é baseada na articulação das já existentes, possibilitando levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação.

Kipnis (2009, P. 213) considera que a criação da UAB foi baseada na construção de um espaço dialógico e de articulação de ações conjuntas para a busca de um consenso em relação aos desafios colocados para a área da educação,

estabeleceu como um de seus quatro eixos estratégicos o fortalecimento e expansão da educação superior pública, buscando relacionar as IFESs, em uma associação, Andifes, com as empresas estatais.

Preti (2009) acrescenta que:

A UAB não oferece cursos, não abre processo seletivo para que as pessoas se inscrevam e sejam selecionadas. O curso é da instituição que participa do sistema UAB. Ela é responsável pela seleção,

matrícula acompanhamento pedagógico, avaliação, estrutura de apoio, expedição de diploma, etc., como acontece nos seus cursos presenciais.

Ferreira e Mill (2013) considera que um dos maiores méritos da UAB é conseguir fazer com que as IES vejam a importância de sua participação num sistema de formação em nível superior voltado para a democracia do conhecimento científico e tecnológico.

3.3 O processo de institucionalização nas universidades públicas brasileiras

O tema institucionalização da educação à distância nas universidades públicas está presente nos debates dessas universidades, tanto no cotidiano como nos eventos educacionais. A discussão tem o intuito de tornar legítima a educação à distância, fazendo com ela saia da “marginalidade”. Nesse sentido, surge o debate de sua institucionalização que busca visibilidade, respaldo legal e representativo.

Ferreira e Mill (2013) consideram que a institucionalização pode ser entendida como a busca pelo alinhamento e pela organização sistêmica dessa modalidade, relativamente ao conjunto já orgânico de processos tradicionais da instituição. O objetivo, ao fim, é tornar as políticas de EaD sustentáveis e qualitativamente equivalentes ao ensino presencial, esse supostamente já consolidado, o que tem gerado grandes tensões institucionais, mas também importantes oportunidades.

Para Preti (2009, p. 136), institucionalização significa:

processo de cristalização de procedimentos, de comportamentos (normas, significados, valores, visando à ordem social); Processo mediante o qual um conjunto de normas de comportamento, que orientam uma atividade social considerada importante, adquire regulamentação jurídica formal; passagem de organização informal à organização formal.

Preti (2009, p. 133) considera o tema polêmico e atual. Polêmico devido aos preconceitos e resistências que a modalidade enfrenta no meio acadêmico, pela forma de como está sendo implementada nas Universidades, sobretudo na consolidação do Sistema UAB. É considerado atual devido à modalidade ser inserida recentemente nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Na recente conjuntura, o processo de institucionalização da educação à distância nas universidades públicas é considerado de extrema importância para que a modalidade seja consolidada e consiga superar suas dificuldades. Para que isto ocorra, existe um longo caminho a ser percorrido que deve ser baseado em uma série de ações a serem tomadas e atitudes a serem modificadas. É nesse sentido que Preti (2009, P. 137) coloca que a educação à distância deve ser considerada como prática educativa integrada à política institucional e ao projeto pedagógico da instituição, com especificidades e estratégias didáticas próprias. Ela não pode ser compreendida como um sistema que se ajusta ao existente na universidade ou sistema paralelo ao presencial. Além disso, o autor ressalta que “o processo de institucionalização da EaD exige envolvimento de toda a universidade e compromisso institucional”. É necessário que ela esteja inserida na Política de Desenvolvimento institucional, sem ser colocada como oposição aos cursos já oferecidos pela instituição. A implantação da educação à distância deve passar por uma discussão interna, não podendo ser imposta por decisões superiores. Desse modo, o autor considera que “o conceito de institucionalização se expande além das meras questões legais, burocráticas. Ganha sentido como resultado do desenvolvimento de práticas instituídas” (PRETI, 2009).

Para Moraes (2010, P. 324), tratar de educação à distância representa trabalhar com um tema cuja proposta é de romper com um ciclo predeterminado que privilegiava alguns segmentos da população. Todavia esse rompimento não pode ser baseado na substituição de sistemas presenciais por sistemas à distância, não se pode confundir propostas relacionadas à EaD e a necessidade de romper o ciclo da seletividade e exclusão do sistema educacional brasileiro. A ideia da EaD é de formar sistemas fundados na educação permanente, demandada pela sociedade atual.

Para Belloni (2010,P. 256) as tendências no mundo atual indicam uma convergência das modalidades de ensino presencial e à distância e sinergias positivas entre elas, com vantagens para ambas: o ensino convencional se beneficiaria com as inovações trazidas pela EaD e o ensino à distância seria beneficiado pela longa experiência acadêmica das universidades.

Para implementação da modalidade em uma IES, Preti (2009, p. 142) considera que algumas ações devem ser realizadas para que a EaD seja institucionalizada, ele acredita que se faz necessário incumbir pessoas no interior da instituição, além disso, é importante condições

materiais adequadas, local para funcionamento, carga horária dos componentes da equipe, recursos financeiros para apoiar as ações administrativas e pedagógicas “Senão a instituição simplesmente delega um trabalho a mais para as pessoas o fazerem na base da boa vontade, sem sustentação e apoio das unidades acadêmicas responsáveis pelo ensino”. Para que haja engajamento das pessoas, é importante que elas estejam qualificadas, com condições de aprender no próprio processo e avaliar o percurso. Essa atuação exige tempo, dedicação e recursos para possibilitar momentos de debates.

Ferreira e Mill (2013) acreditam que, além de haver uma integração do plano de desenvolvimento institucional aos conselhos deliberativos, deve haver alinhamento às políticas de gestão e de formação das unidades acadêmicas, disseminação das TICs no ensino presencial, organicidades entre as modalidades de ensino presencial e à distância e alinhamento das políticas institucionais de avaliação. O compromisso institucional com EaD não deve se limitar a um indivíduo idealizador ou de alguns poucos ideários,

deve haver pactos políticos e acadêmicos que leguem ao ensino, à pesquisa e à extensão qualidade, sustentabilidade e longevidade. O processo de institucionalização considera a incorporação das atividades da nova modalidade no seio da instituição, de modo a superar os adjetivos “presencial” e a “distancia” da educação. (FERREIRA; MILL, 2013)

Lobo (2013) aponta que a EaD permanece sendo um desafio a ser analisado continuamente para garantia de qualidade, respaldo e confiança da sociedade, como uma proposta inclusiva e séria para educação e desenvolvimento regional e nacional. A autora considera de grande importância para institucionalização da EaD a implantação de uma política pública de sustentação à educação com subsídios financeiros para formação de recursos humanos, material pedagógico e aquisição de equipamentos; legislação que garanta legitimidade para o desenvolvimento da EaD; estrutura política que envolva continuamente instituições de ensino, governo federal e municipal; investimento em infraestrutura tecnológica; cursos de graduação devem ser alocados nas respectivas faculdades de origem, com aprovação de cada uma delas, ou seja, curso de matemática na Faculdade de Matemática, curso de Biologia, na faculdade de Biologia; metodologia específica, tendo em vista que EaD possui uma proposta pedagógica com características diferentes da educação presencial; ao tempo que ambas não se constituem em propostas isoladas, algumas ações devem ser realizadas para tornar a EaD complementar e potencializadora da educação presencial;

graduações à distância direcionadas também a pesquisa e à extensão; contínua avaliação dos cursos.

Para Ferreira e Mill (2013), o processo de institucionalização da EaD nas instituições de ensino superior é complexo, lento e de difícil implementação, no âmbito do qual é necessário o desenvolvimento de regras, políticas e procedimentos. Considerando que educação à distância é uma política pública recente na educação superior, a instituição necessita estar aberta a inovação e desenvolver políticas para orientar seu crescimento efetivo e ordenado, ou seja, criar regras que indicam papéis e responsabilidades, método padrão de operação, estruturar processos. Os autores consideram que institucionalização é um processo progressivo que deve ser tratado como contínuo, caracterizado por níveis de institucionalização da EaD foi nesse sentido que os autores desenvolveram uma pesquisa bibliográfica examinando textos de alguns autores e concluíram que a análise dos aspectos de institucionalização da EaD no ensino superior público brasileiro pode ser dividida em cinco dimensões principais:

- Aspectos políticos e filosóficos: estão associados avocação institucional para oferta dos cursos, projeção longínqua e sustentável das políticas e dos procedimentos de EaD, ao fortalecimento da estrutura acadêmica colegiada, por meio do fortalecimento de todas as unidades acadêmicas e gestoras no processo decisório da EaD e à integração entre as modalidades presencial e à distância.
- Aspectos de continuidade: estão associados ao orçamento garantidor da continuidade das ações e ao processo contínuo de avaliação das políticas.
- Aspectos de comunicação: estão associados a políticas de promoção das ações de EaD, em âmbito institucional interno e externo.
- Aspectos de infraestrutura: estão associados a garantias de recursos físicos, tecnológicos, humanos, estruturação da gestão técnico-pedagógica e administrativa; formação e qualificação de quadros necessários à condução das políticas de oferta.
- Aspectos de políticas discentes: estão associados a garantia de participação dos estudantes nas políticas universitárias, no acesso aos suportes acadêmicos e pedagógicos e aos auxílios.

Para identificar o nível de institucionalização em cada aspecto, os autores distribuíram em um quadro³ os fatores de institucionalização, bem como perguntas descritivas para o reconhecimento de cada um deles.

É de grande relevância destacar que o estudo realizado por Ferreira e Mill (2013) corrobora com as principais ideias de Pretti (2009) e Lobo (2013) em relação ao processo de institucionalização da EaD nas instituições de educação superior do país, desse modo, desse modo, considerando cada aspecto, foi realizada uma análise na tentativa de identificar esses aspectos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), tomando como referência os documentos oficiais e a entrevista realizada com a diretora de Educação Aberta e à Distância, Professora Maria Aparecida da Silva.

3.4 A realidade da Unilab

3.4.1 Aspectos Políticos e Filosóficos

Considerando que esses aspectos estão associados à projeção das políticas de EaD, ao fortalecimento da estrutura acadêmica colegiada por meio do fortalecimento de todas as unidades acadêmicas e gestoras no processo decisório da EaD e à integração entre as modalidades presencial e à distância, foi identificada uma integração aos conselhos superiores, visto que a Diretoria de Educação Aberta e à Distância possui assento no Conselho Universitário (Consuni) da universidade. A diretora apontou que, desde 2006, as universidades que já existiam sonham em ter uma diretoria com voz e voto no Consuni, pois para que isso ocorresse precisaria realizar alterações no estatuto – a Unilab é uma das poucas que tem.

O modelo pedagógico adotado na EaD não é o mesmo adotado na educação presencial, visto que atualmente a Unilab oferta os cursos do Programa Nacional de Administração Pública (PNAP), no qual são encontradas características especiais para o aluno da educação à distância. O PNAP trabalha com a construção coletiva de material didático

³Vide Anexo B

próprio, uniformizando um elevado patamar de qualidade e garantindo o desenvolvimento ininterrupto dos cursos.

Em relação à integração entre as modalidades de educação presencial e educação à distância, a Professora Maria Aparecida colocou que a Portaria do Ministério da Educação de Nº 4.059/2004 permite que 20% dos cursos presenciais podem ser transformados em modalidade à distância. Explicou que poderiam ser utilizadas aulas de qualquer universidade pelo mundo e serem disponibilizadas aos alunos da educação presencial; entretanto, na Unilab ainda não está sendo implantando. Colocou ainda que, quando os alunos estrangeiros da Unilab fazem o processo seletivo, passam aproximadamente seis meses para início das aulas e até lá o contato com eles não é mantido, quando poderiam ser ofertados cursos à distancia.

Quando se fala em instâncias institucionais na Universidade a professora afirma que a fase ainda é de conquista e observação, as pró-reitorias ainda não assumiram a EaD por completo, a institucionalização ainda não se concretizou. A Pró-Reitoria de Graduação precisa se apropriar do curso de Bacharelado e incluí-lo nas ações, assim como a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação se apropriar dos cursos de especialização. Muitos problemas relacionados aos discentes estão ligados à coordenação do curso que nem sempre se faz presente, esses problemas ainda são assumidos pela Diretoria.

3.4.2 Aspectos de continuidade

Em relação a esse aspecto que se preocupa com o processo contínuo de avaliação das políticas em EaD, foi possível identificar na avaliação permanente das políticas institucionais que existe uma preocupação da diretoria com as necessidades constantes, entretanto, a Unilab, por ser uma universidade jovem, ainda carece de professores, técnicos e infraestrutura como um todo.

3.4.3 Aspectos de comunicação

A EaD na Unilab se encontra visível na página da internet da Universidade e se faz presente nos boletins de comunicação externos e internos. Os cursos e ações são amplamente

divulgados internamente e externamente, dessa forma, condiz com as políticas de promoção das ações de EaD considerada pelos aspectos de comunicação.

3.4.4 Aspectos de infraestrutura

Em relação aos aspectos de infraestrutura estão associados às garantias de recursos físicos, tecnológicos e humanos, além da forma de estruturação, da gestão técnico-pedagógica e administrativa. Nesse caso, a diretora é gestora institucional dedicada a EaD, sua equipe técnica possui dedicação exclusiva, porém em relação à estabilidade, é composta apenas por dois técnicos-administrativos, tendo em vista que a universidade ainda carece como um todo de corpo técnico. A professora ressaltou que não há servidores trabalhando diretamente com os cursos ofertados. A equipe multidisciplinar é mantida pelos recursos da Capes e está vinculada à Diretoria e não às unidades acadêmicas. Ainda não existe política permanente de capacitação, formação e desenvolvimento do pessoal em atividades de EaD.

Em relação ao corpo docente, não há exclusividade. A diretora explicou que a Capes exige que todos os bolsistas sejam selecionados por meio de edital, e essa seleção ainda será realizada. Os primeiros professores chegaram por meio de convite e são advindos de instituições públicas. Enfatizou que é necessário a prospecção docentes, tendo em vista que os professores da Unilab não demonstram relevante interesse, isso porque existe uma normativa que impede que as horas trabalhadas na educação à distância sejam calculadas como carga horária. O incentivo seria uma oferta de bolsa pela Capes, entretanto, devido às regras desta instituição, o professor que já possui uma bolsa não pode receber uma segunda; portanto, considera que a inclusão das horas trabalhadas em EaD na carga horária seria um incentivo.

Quando se fala em infraestrutura física, a EaD está conquistando seu espaço, em meio às dificuldades que a Unilab possui por ser uma universidade em construção. Os estudantes têm acesso ao restaurante universitário, cantina, salas e equipamentos. Do ponto de vista de infraestrutura tecnológica, a transmissão das aulas é realizada pelas salas de webconferência e o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) é o sistema *Moodle*, instalado pela Diretoria de Tecnologia da Informação da Universidade.

3.4.5 Aspectos de políticas discentes

Tendo em vista que estes aspectos estão associados à garantia de participação dos estudantes nas políticas universitárias, no acesso ao suporte acadêmico e pedagógico e nos auxílios a eles destinados, a Professora Maria Aparecida apontou que o registro acadêmico dos alunos é realizado em sistema informatizado, porém a equipe da diretoria foi responsável pelo cadastramento dos alunos, treinada pela diretoria responsável pela ação.

O AVA está adequadamente constituído para as atividades, entretanto a diretora visa melhorá-lo, realizando uma integração entre sistemas, para facilitar o uso do aluno e o trabalho da equipe de EaD.

Em se tratando de serviços e direitos institucionais, os estudantes dos cursos de educação à distância dispõem dos serviços de secretaria, biblioteca e laboratório. Entretanto, não participaram das últimas eleições para Diretoria de um instituto e não possuem assistência estudantil. A professora ressaltou que os estudantes da EaD não estão contemplados na resolução que trata da participação de alunos em eventos científicos.

Considerando cada aspecto levantado por Ferreira e Mill (2013), o histórico da educação à distância da Unilab, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental foi observado que em relação à normatização necessária (resoluções, portarias, editais, estatuto, PDI, credenciamento) para o funcionamento dos cursos em parceria com a Capes/UAB, a EaD está totalmente institucionalizada. A Universidade já nasceu com o projeto de educação à distância e conseguiu assento no Conselho Universitário, o que é garantido pelo seu estatuto. Apesar dos entraves de infraestrutura, a modalidade conseguiu perpassar as dificuldades e aos poucos está estruturando cada ponto exigido pela Capes para que os cursos sejam e permaneçam ofertados com qualidade.

É percebido que os processos e procedimentos ainda ficam muito centralizados na DEAAD: processo seletivo de alunos, professores, prestação de contas, etc. A Professora Maria Aparecida aponta essa realidade quando coloca que a minuciosa prestação de contas com a Capes do ano de 2013 ainda não foi realizada porque não existe corpo técnico suficiente para a ação. Decisões como o modo de implantação de tutoria deveriam ser institucionais e não uma deliberação tomada isoladamente pela Diretoria.

Ferreira e Mill (2013) ressaltam que, quanto mais articulados forem os fatores de institucionalização, teoricamente melhor institucionalizada estará a EaD, e colocam algumas medidas para catalisação do processo, são destacadas: estabelecimento de uma política de fomento e de articulação em fluxo contínuo, reduzindo a dependência por editais e medidas eventuais de indução, ampliação dos quadros técnicos e docentes, fortalecimento institucional do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), promoção sistemática e qualificada de políticas de formação e de qualificação de quadros para a EaD, estabelecimento de planejamento estratégico e plano de ação institucional, sensibilização da comunidade acadêmica para a concepção de EaD eleita, em particular os benefícios, da incorporação dessa modalidade de ensino e indução a pesquisas e investigações, como eixo transversal da institucionalização, visando ao levantamento de dados sobre as ações de EaD, bem como a sua incorporação institucional. Os autores enfatizam que a educação à distância:

ainda contará com o curso do tempo para mitigar suas vicissitudes de contornos mais flagrantes. Quer-se, com isso, afirmar que a institucionalização é um processo político e não um ato a ser resolvido por Decreto. Assim, para que a EaD seja adequadamente institucionalizada no ensino superior público brasileiro, há que se respeitar o caráter complexo desse fenômeno, os seus tempos indelévels e sua natureza processual.(FERREIRA; MILL, 2013)

Cabe ressaltar que a ação política a ser disponibilizada para o processo de institucionalização da educação à distância nas universidades públicas possui papel importante para aceitação e consolidação da modalidade e para abrir o debate de como se deve projetar o futuro.

3.5 Perspectivas

Com a perspectiva de inserir a modalidade de educação à distância de uma forma sistêmica e efetiva nas universidades públicas, D'Antoni (2006, p. 213 apud KIPNIS, 2009) afirma que ainda com muitas resistências e conservadorismo de acadêmicos e políticos, existem alguns aspectos que devem sofrer transformações na modalidade de EaD, são eles: desenvolvimento institucional e organizacional, tecnologia, gestão, programas acadêmicos, ambientes nacional e internacional. Pode-se destacar este último pelo motivo de que o autor considera que:

as universidades do futuro deverão estar preparadas para novos arranjos institucionais, inclusive funcionando na base de 7 dias por semana e 24 horas por dia, algo inimaginável, principalmente dentro de uma estrutura de universidade pública. Isso requer uma infraestrutura tecnológica compatível com o atendimento exigido.

Quando questionada a respeito das perspectivas do processo de institucionalização da EaD na Unilab, a diretora colocou que o processo depende do ritmo de trabalho que a Universidade está inserido e do tempo de cada gestão. Em relação aos processos existentes que operacionalizam e regulam a modalidade à distância, a perspectiva da diretora para que tudo esteja institucionalizado é de aproximadamente mais um ano. Se tratada universidade vista de forma sistêmica, onde as modalidades de educação presencial e à distância se complementam e a Ead chega a um elevado nível de institucionalização na universidade, a Professora Aparecida Silva considera que deve se delongar mais um tempo.

4 Considerações Finais

Com a realização desta pesquisa, foi possível verificar que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), segundo suas diretrizes institucionais, reserva grande importância para as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Isto porque, além de as TICs oportunizarem o acesso de estudantes a novas metodologias integradoras do ensino, a vocação institucional da Universidade para a interiorização e internacionalização de educação superior pública acentua a necessidade de essas tecnologias alicerçarem a relação pedagógica da Unilab com seus parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, também, com os municípios dos dois estados da federação que abrigam seus *campi*.

Diante do exposto, a pesquisa procurou examinar as ações e políticas que concorreram para o propósito de promover a implantação e a institucionalização da educação à distância na Unilab, assim como suas implicações favoráveis e contraproducentes ao desenvolvimento do processo. O exame dessas consequências se torna relevante para a Universidade, não só com vistas ao seu aprendizado institucional, mas também para que, eventualmente, este estudo possa contribuir para a implantação e institucionalização da educação à distância em outras instituições públicas de ensino superior mais jovens.

Como exemplo de ações favoráveis, podemos citar a instituição, pelo Ministério da Educação, do Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior à Distância na República Popular de Moçambique, um marco institucional bastante significativo porque busca a promoção do desenvolvimento econômico e social e a integração educacional e cultural de brasileiros e moçambicanos. Internamente, diante da nova responsabilidade, novas demandas foram criadas para a diretoria de Educação Aberta e à Distância da Unilab o que, notadamente, favorece sua expansão.

Outro ato audacioso da instituição foi a criação dos cursos de graduação e pós-graduação à distância ainda em 2010, mas que, devido ao atraso na publicação do edital da Capes, a Universidade só pôde iniciar as primeiras turmas em 2013. No entanto, isso contribuiu para o aumento de esforços institucionais e para o mapeamento das necessidades do setor para promover a abertura das turmas.

Foram firmados, também, convênios e acordos de colaboração técnica com outras instituições, favorecendo a participação político-institucional da Unilab com instituições parceiras. Ademais, o gestor máximo da educação à distância da Universidade é também conselheiro do conselho superior da Unilab. Esse ponto é fundamental para a institucionalização da modalidade, pois seus anseios e necessidades são levados diretamente para a instância máxima da instituição, o que facilita e acelera decisões institucionais e trâmites burocráticos.

Por outro lado, merece especial atenção os fatores que dificultam o desenvolvimento e consolidação da educação à distância nessa autarquia: de acordo com a diretora de Educação Aberta e à Distância da Unilab, um dos principais obstáculos para que a diretoria consiga desempenhar com plenitude suas funções institucionais está no reduzido número de servidores do quadro permanente de pessoal da Universidade; do ponto de vista dos aspectos políticos e filosóficos, a integração entre as modalidades de educação presencial e à distância tem sido subutilizada; outro fator negativo se deve à inexistência de uma política permanente de capacitação, formação e desenvolvimento de pessoal em atividades de educação à distância.

Faz-se necessário, também, uma revisão em algumas políticas internas que tornem a participação de docentes da Unilab em atividades à distância mais interessante, segundo a diretora. Ela ressalta, ainda, que, apesar de os alunos da educação à distância compartilharem todos os espaços da Universidade, eles não podem participar de políticas de assistência estudantil – a centralização de processos dentro da Diretoria de Educação Aberta e à Distância indica certa falta de integração com a modalidade de ensino presencial. Percebe-se que vários entre os fatores negativos apresentados pela diretora podem ser sanados a partir do incremento de servidores lotados no setor e que, por isso, essa deveria ser a primeira medida a ser planejada.

Conclui-se que, ao final dos primeiros anos de instituição da Unilab, o desafio de ofertar educação pública de qualidade, uma educação crítica, autônoma, e reflexiva a estudantes de quatro continentes e de diversos municípios em dois estados do Brasil tem conseguido grandes conquistas, apesar dos percalços inevitáveis e até previstos em alguns casos. Esse desafio compeliu a Universidade a desenvolver um macroplanejamento para a

utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, gerenciado pela Diretoria de Educação Aberta e à Distância, que tem sido amplamente respaldada pela Unilab.

O debate tem sido ampliado nacionalmente e novas propostas contribuirão sobremaneira para as mudanças, avanços e inovações no processo de implantação e institucionalização da educação à distância nas instituições de ensino públicas do País.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Kátia Morosov. **A Expansão da EAD no Brasil: reflexos sobre sua institucionalização.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA, 2013, Falcão et al. Anais.
- ANDRADE, Luciane Sá. **O acesso à educação e os Polos de Apoio Presencial. Sujeitos em transformação.** In: MILL, Daniel Ribeiro Silva; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). Educação a Distância:Desafios Contemporâneos. São Carlos: Edufscar, 2010. p 187-198.
- ARCHANGELO, Lygia Fernanda.**O Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino Superior.** Campinas: USP, 2007. 62 p. Monografia - Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- BALZZAN, Edilson Carlos. **Gestão de Polos de Apoio Presencial para o sistema Universidade Aberta do Brasil.** In: MILL, Daniel Ribeiro Silva; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). Educação a Distância:Desafios Contemporâneos. São Carlos: Edufscar, 2010. p 199-212.
- BARRETO, Raquel Goulart et al (Org.). **Tecnologias Educacionais e Educação a Distância: Avaliando Políticas e Práticas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2003. 192 p. (Educação e Sociedade).
- BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-educação e Educação a Distância na formação de professores.** In: MILL, Daniel Ribeiro Silva; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). Educação a Distância:Desafios Contemporâneos. São Carlos: Edufscar, 2010. p 245-265.
- BENTES, Roberto De Fino. **A avaliação do tutor.** In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Org.). Educação a Distância: O Estado da Arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 166-169.
- BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. *Diário Oficial da União*, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>.
- BRASIL. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005d. Regulamenta o Artigo 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 dez. 2005.
- BRASIL. Lei n.º 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-10/2010/Lei/L12289.htm>.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases para educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>.
- BUTTIGNON, Karina. SILVA Marcelo Heleodoroda. GARCIA Rosilene Pereira César. **Uma Reflexão sobre o Ensino a Distância, via Internet, no Brasil.** Guaratinguetá: UNESP, 2002.

80 p. Monografia - Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista. Guaratinguetá, 2002.

D'ANTONI, S. (ed.) **“The virtual university: models and messages”**. In: Lessons from cases studies. Paris: Unesco, 2006.

DALMAU, Marcos Baptista Lopez. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. 136p. : il.

FERREIRA, Marcello; MILL, Daniel Ribeiro Silva. **Institucionalização da Educação a Distância no Ensino Superior Público Brasileiro: Desafios e Estratégias**. In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA: meios, atores e processos, 2013, Falcão et al. Anais.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KIPNIS, Bernardo. **Educação superior a distância no Brasil: tendências e perspectivas**. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Org.). **Educação a Distância: O Estado da Arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p.209-214.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Org.). **Educação a Distância: O Estado da Arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LOBO, Edila Marta Miranda. **Um Caminho para Institucionalização da Educação a Distância**. Belém: ESUD 2013 – X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, 2013.

MILL, Daniel Ribeiro Silva. **Das inovações tecnológicas às inovações pedagógicas: considerações sobre o uso de tecnologias na educação a distância**. In: _____; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). **Educação a Distância: Desafios Contemporâneos**. São Carlos: Edufscar, 2010. p 43-57.

_____; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). **Educação a Distância: Desafios Contemporâneos**. São Carlos: Edufscar, 2010. 344 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Educação a Distância. Referenciais de qualidade para educação a distância. Brasília: MEC, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Disponível em: <Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-10/2010/Lei/L12289.htm>.>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa Nº 22, de 26 de outubro de 2010**. Institui o Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República Popular de Moçambique, e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**. 206.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa Nº 11, de 18 de maio de 2011.** Regulamenta a implantação do Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique, instituído pela Portaria Normativa nº 22, de 26 de outubro de 2010. **Diário Oficial da União.** 95.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: Uma Visão Integrada.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MORAES, Raquel de Almeida. **Institucionalização da EaD nas IES públicas. Uma perspectiva histórico-crítica e emancipadora.** In: MILL, Daniel Ribeiro Silva; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). **Educação a Distância: Desafios Contemporâneos.** São Carlos: Edufscar, 2010. p 321-334.

PIMENTEL, Nara Maria. **A Educação Superior a Distância nas universidades públicas no Brasil. Reflexões e Práticas.** In: MILL, Daniel Ribeiro Silva; _____ (Org.). **Educação a Distância: Desafios Contemporâneos.** São Carlos: Edufscar, 2010. p 267-286.

PIVA JUNIOR, Dilermano et al. **EAD na Prática: Planejamento Métodos e Ambientes.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PRETI, Oreste. **Educação a Distância: Fundamentos e Políticas.** Cuiabá: EdUFMT, 2009. 171 p.

_____. **Educação a Distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada.** In: PRETI, Oresti. **Educação a Distância. Inícios e indícios de um percurso.** Cuiabá: Edufmt/NEAD, 1996.

_____. **Material didático impresso na Educação a Distância. Experiências e lições apreendidas.** In: MILL, Daniel Ribeiro Silva; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). **Educação a Distância: Desafios Contemporâneos.** São Carlos: Edufscar, 2010. p 163-184.

QUEIROZ, M.I.P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON, O.M. (org. e intr.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

SILVA, Giseli Magali da. **O Processo da Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal de Educação de Tocantins.** 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, Universidade de Brasília, Brasília.

SCHLÜNZEN, K. JR. **A institucionalização da Educação a Distância no Brasil: Cenários e Perspectivas,** Maringá, PR, v. 16, n. 1, p. 113-124, Janeiro/Abril, 2013.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Diretrizes Gerais.** 2010.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Termo Aditivo ao Edital N.º 07, de 06 de dezembro de 2012. Altera os Art. 06 e 07 do Edital PROPPGE /**

UNILAB Nº 07/2012. Referente ao Processo Seletivo Para Cursos de Especialização em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Municipal.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Termo Aditivo ao Edital N.º 05, de 06 de dezembro de 2012. Altera o Item 1.4 do Edital PROPPGE / UNILAB Nº 05/2012. Referente a Seleção de Tutores a Distância para os Cursos de Especialização do Programa Nacional de Formação em Administração Pública PNAP.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Termo Aditivo ao Edital N.º 01, de 06 de dezembro de 2012. Altera o Item 1.4 do Edital PROGRAD / UNILAB Nº 022/2012. Referente a Seleção de Tutores a Presenciais para o Curso de Administração Pública, Bacharelado, Modalidade a Distância.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Termo Aditivo ao Edital N.º 01, de 06 de dezembro de 2012. Altera o Item 1.4 do Edital PROGRAD / UNILAB Nº 023 /2012. Referente a Seleção de Tutores a Distância para o Curso de Administração Pública, Bacharelado, Modalidade a Distância.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Termo Aditivo ao Edital N.º 01, de 06 de dezembro de 2012. Regulamenta o Processo seletivo para a oferta do curso de Graduação em Administração pública, na Modalidade a Distância, a ser Ministrado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Edital N.º 22, de 27 de novembro de 2012. Torna Público que Estarão Abertas as Inscrições para o Processo Seletivo de Tutores Presenciais para o Primeiro ano do Curso de Administração pública, na modalidade a distância a ser Ministrado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Edital N.º 23, de 27 de novembro de 2012. Torna Público que Estarão Abertas as Inscrições para o Processo Seletivo de Tutores a Distância para o Primeiro ano do Curso de Administração pública, na modalidade a distância a ser Ministrado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Edital N.º 24, de 27 de novembro de 2012. Regulamenta o Processo Seletivo para a Oferta do Curso de Graduação em Administração pública, na modalidade a distância a ser Ministrado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Termo Aditivo ao Edital N.º 06, de 06 de dezembro de 2012. Altera o Item 1.4 do Edital PROPPGE / UNILAB Nº 06/2012. Referente a Seleção de Tutores a Presenciais para os Cursos de Especialização do Programa Nacional de Formação em Administração Pública PNAP.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Edital N.º 07/2012. Torna Pública a Abertura do Processo de Inscrição, Seleção e Matrícula para os Cursos de Pós-Graduação Latu Sensu (Especialização) em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Municipal, na Modalidade a Distância.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Edital PROPPGE N.º 02/2013. Torna Pública a Abertura do Processo de Inscrição, Seleção e Matrícula para os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Municipal, na Modalidade a Distância.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 07 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 18 de novembro de 2010. Aprova a criação do curso de graduação em Letras, com habilitação em língua espanhola e suas literaturas, modalidade licenciatura a distância.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 08 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 18 de novembro de 2010. Aprova a criação do curso de graduação em Letras, com habilitação em língua portuguesa e suas literaturas, modalidade licenciatura a distância.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 09 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 18 de novembro de 2010. Aprova a criação do curso de graduação em Administração Pública, modalidade Bacharelado a Distância.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 10 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 13 de dezembro de 2010. Aprova a criação do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade a distância.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 11 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 13 de dezembro de 2010. Aprova a criação do curso de Especialização em Gestão Pública, Modalidade a distância.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 03 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 18 de janeiro de 2011. Aprova a criação de disciplinas para os cursos de graduação em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Letras, com habilitação em Língua Espanhola, ambos na modalidade a distância.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 05 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 18 de janeiro de 2011. Cria a Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância - CEAD, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 001 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 16 de janeiro de 2013. Aprova o Regimento Interno do polo de Apoio Presencial de Redenção da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 02 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 22 de março de 2013. Institui o Conselho Gestor do polo de Apoio Presencial de São Francisco do Conde, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 03 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 22 de março de 2013. Aprova o Regimento Interno do polo de Apoio Presencial de São Francisco do Conde, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 06 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 15 de julho de 2012. Dispõe sobre a Criação de Polos de Apoio Presencial para a Educação a Distância na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 009 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 29 de agosto de 2012. Aprova a Criação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Saúde da Família, Modalidade a Distância, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 011 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 06 de dezembro de 2012. Altera e Inclui Dispositivos na Resolução Unilab N.º 09 de 18 de Novembro de 2010.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Resolução N.º 013 do Conselho Superior *Pro Tempore* de 17 de dezembro de 2012. Institui o Conselho Gestor do Polo de Apoio Presencial de Redenção da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

VIEIRA, Eleonora Milano Falcão et al. **Institucionalização da EaD nas Universidades Públicas: unicidade e gestão**. Associação Brasileira de Educação a Distância, v. 11, p. 62-72. 2012.

ANEXO A

**Anexo A – Entrevista semiestruturada com a Professora Maria Aparecida Silva –
diretora de Educação Aberta e à Distância da Unilab.**

Primeira Parte - 08 de maio de 2014, quinta-feira, 14h40min

Antes do primeiro questionamento, a Professora Maria Aparecida iniciou sua fala enfatizando que possuem muitas abordagens sobre institucionalização: uma é do ponto de vista de marcos legais, ou seja, o processo de regulamentação de EaD; outra é a forma de como inserir a EaD dentro da instituição (nível de instituto); outra forma são os conceitos das universidades (algo no sentido da cultura).

Dayanna – Quando penso em institucionalização, penso em como fazer funcionar.

Maria Aparecida – fazer funcionar é a meta atual, minha grande dor é que a Unilab se recusa a se institucionalizar, a universidade tem o discurso que se institucionalizou. É uma fala que não se concretiza, pois as pró-reitorias não assumiram a EaD por completo, só foi assumido aquilo que não dava para deixar de fora. Gostaria que ficasse explícito é que a institucionalização ainda é uma palavra, não se concretiza. Você observou que na dissertação da Fabiana que a fase ainda é de conquista e observação.

Dayanna – o sentimento das pessoas em geral ainda é de preconceito quando informo que meu curso de especialização é a Distância.

Maria Aparecida – em 2006 as empresas se recusavam a ofertar estágios aos alunos da EaD, atualmente as empresas estão optando por esses alunos. Nos exames nacionais (Enad) os alunos dos cursos a distancia estão muito superiores aos alunos do presencial. Por um motivo muito simples, por saberem escrever, serem mais organizados, serem autodidatas e essas características já foram reconhecidas pelo mercado de trabalho. Quando é feita uma comparação, o aluno de EaD é melhor, mas as universidades ainda resistem, pois são muito conservadoras. Projetos Pedagógicos atuais não se fala em EaD, mesmo tendo uma lei de 2004 que permite que vinte por cento dos cursos presenciais podem ser transformados em modalidade a distância. A Educação Aberta não é um curso regular (ex. extensão) que poderiam ser utilizadas aulas de qualquer universidade pelo mundo e serem disponibilizadas

aos alunos da educação presencial. A Unilab está muito longe de fazer isso, mesmo os alunos que poderiam fazer seus trabalhos de conclusão de curso em outros países. Quando os alunos da Unilab fazem o vestibular, passamos seis meses sem contatos com eles, quando poderiam serem ofertados cursos a distancia. Desde quando foram ofertados os cursos a distancia na Unilab, não foi implantada nenhuma tecnologia, a não ser o AVA que é o ambiente de aprendizagem virtual. A EaD está muito longe de ser institucionalizada, embora que do ponto de vista legal está tudo feito da forma correta, ou seja, aprovado no conselho universitário (institucionalizada). Desde 2006, as universidades que já existiam sonham em ter uma diretoria com voz e voto no Consuni, pois para isso precisaria mudar o estatuto, a Unilab é uma das poucas que tem. A reitora chegou a comentar que a EaD na Unilab não deveria ser uma diretoria, mas continuar sendo uma coordenação. O que precisa para Unilab institucionalizar a EaD: a PROGRAD precisa se apropriar do curso de bacharelado, até hoje o coordenador do curso não faz parte das reuniões da PROGRAD.

Dayanna – o que percebo que a EaD está normatizada e ofertada, mas que nas ações da universidade a EaD não foi inserida totalmente.

Maria Aparecida – semana passada foi discutida uma resolução que trata da ida de alunos para eventos científicos, a normativa já tinha sido aprovada, mas foi modificada na ultima reunião e os alunos de EaD não poderão mais participar. A EaD não está inserida em ações como: eleição do diretor do instituto, representante dos discentes no Consuni. A DRCA foi com muita insistência, mas quem cadastrou os alunos no sistema foi a equipe da diretoria, treinada pelo setor. Quando participo das reuniões de EaD da UAB em Moçambique fico com vergonha, pois o que consigo fazer no exterior com a Cátia, não consigo fazer na Unilab ainda. Acredito que não é má vontade, é a crença de que o ensino presencial é mais importante, que é ele que traz o recurso, é como se eles ignorassem que este ano a EaD vai trazer para Unilab mais de dois milhões de reais, não há nenhum outro programa na universidade que traga tanto recurso para ser utilizados pelos alunos. O Vice-Reitor sonha com uma reestruturação da EaD, mas acredita que não é isso que é preciso, o que precisa é que a EaD seja reconhecida. Para trazer professores é uma luta, pois na resolução diz que EaD não pode ser colocada na carga horária. Tem professores que já possuem bolsa pela Capes e não podem receber uma nova bolsa e seria uma forma de atrair os professores se pudesse colocar a EaD na carga horária. Fica difícil a institucionalização. É necessário trazer professores de fora porque os professores da Unilab não tem interesse. Eu mesma dei muitas

horas aula. EaD é um programa importante no país não dá pra fingir que não existe, é uma porta para internacionalizar, fazer com que os alunos do ensino presencial façam o estágio e TCC em seu país de origem por meio da EaD. Ninguém olha para EaD como potência. Na dissertação da Fabiana ficou bem claro que a inserção da EaD na Unilab foi a vontade de um gestor, essa necessidade de ver a Unilab como uma instituição que tinha que fazer o processo de internacionalização e que era necessário que ela tivesse uma estrutura para que os alunos pudessem fazer TCC, estágios nos países de origem, manter contato com os alunos que foram selecionados urgia que se tivesse educação a distância. Desde o dia que ela nasceu é que se buscou pelo processo de credenciamento.

Dayanna – justamente a minha primeira pergunta, então a EaD na Unilab se iniciou a partir dessa necessidade?

Maria Aparecida – se iniciou a partir dessa vocação dela mesma, de ser universidade internacional, de fazer integração internacional utilizando técnicas de EaD. Isso serviria tanto para a oferta de cursos na modalidade a distancia, com alunos da Unilab em vários países, quanto de fazer a integração dos cursos presenciais, mobilidade, retorno e o contato antes da chegada, a volta deles para os países também seria por meio da EaD, conforme constam nas diretrizes da universidade. A Unilab foi criada em julho de 2010, em Outubro de 2010 foi criada a UAB em Moçambique (Portaria 22 do MEC 22/10/10), a ser coordenada pelo MEC, pela Capes e pela Unilab. Essa criação representa a importância da Unilab ter a ação de educação a distância. E diante desse contexto, na universidade não poderia se furtar de ofertar educação a distância. Naquele mesmo momento a Unilab se articulou para iniciar o processo de credenciamento junto ao CNE para oferta de cursos a distância que foi realizado em dezembro do mesmo ano. Existe uma portaria da Capes onde fomos inseridos no sistema da UAB. A institucionalização começa a partir daí. Existe um decreto que cria a UAB, consórcio de universidades públicas do país. O Processo de credenciamento: dar entrada pela Seres – CNE – MEC (por meio de portaria). Depois a universidade precisa conseguir a inserção no consórcio da UAB (outro processo). Nesse sistema funcionam cursos para formação de professores para Rede Básica ou os cursos de gestores públicos do PNAP. Quando se trata de um curso de formação de professores quem envia o processo para a Capes é a Secretaria de Educação do Estado, por meio do Fórum Estadual de Formação de Professores. Quando se trata de cursos de gestores público é um edital da própria Capes. Para o credenciamento junto a UAB, é necessário o envio a Capes dos projetos de cursos previamente aprovados em todas

as instâncias da Universidade. Depois que os projetos são aprovados pela Capes, é necessário aguardar o edital de financiamento. O credenciamento vale por cinco anos, em 2015 nós temos que nos recredenciar. Depois tem o processo de reconhecimento dos cursos que são parecidos com os cursos presenciais, com algumas peculiaridades de EaD. Todas essas etapas já foram realizadas na Unilab. Internamente quando a universidade pública se credencia para ofertar a distancia, ela automaticamente pede inserção no sistema UAB que é a única forma que ela tem de ofertar cursos a distância.

Dayanna – a universidade pode pedir inserção no sistema UAB com antecedência mesmo que não vá ofertar cursos naquele momento?

Maria Aparecida – quando a universidade solicita o credenciamento para ofertar um curso na modalidade a distancia, ela já é obrigada a enviar um projeto de curso. A universidade tem um ano para fazer a oferta. O CNE envia o projeto para a Capes solicitando a inserção no sistema UAB (antes desse processo os projetos já tem sido aprovados pelos transmites da universidade ou pelo fórum estadual). Para ela se credenciar no sistema UAB, a instituição precisa nomear o coordenador da UAB dentro da universidade, seja diretoria, coordenação, secretaria. Ao enviar todo o processo para o CNE, já é necessário ter o local e a pessoa que será o coordenador (articulador da universidade junto a Capes). A Diretoria pode ter vários programas, o sistema UAB é um dos programas que a DEAAD possui. Provavelmente no mês de agosto a DEAAD vai aderir a mais um programa realizado pela Secadi, programas voltados para a diversidade, cultura africana. Cursos de extensão e especialização para formação de professores.

Para efeito de Capes a institucionalização está com toda a normatização (resoluções, portarias, editais, estatuto, pdi) e processos concluídos. Quando um órgão externo nos vê, ele nos vê institucionalizados.

Dayanna – Como foi criada a CEAD

Maria Aparecida – foi necessária a sua criação para comprovar sua institucionalização interna. Também criada em outubro de 2010 e mudou para diretoria com a aprovação do estatuto. Foi formalizada como normativa em 2011, pois não existia resolução criando a diretoria.

A Diretoria tem seis núcleos criados em 2013. Até essa data só estava formada dentro da Diretoria, na época CEAD, a coordenação da UAB. Prof. Ramon é o coordenador de educação a distancia e eu sou a coordenadora da UAB, com o John como coordenador adjunto. Ramon me substitui na DEAAD e John na UAB. Os núcleos são vinculados diretamente a diretoria: núcleo de tutoria, núcleo de comunicação e produção de material didático, núcleo de formação, núcleo de projetos de fomento, núcleo de acompanhamento de cursos e polos e núcleo da tecnologia da informação e da comunicação em EaD.

Dayanna – como foi viabilizado o funcionamento de cada núcleo? Pessoal, infraestrutura, etc.

Maria Aparecida – antes contava com quatro servidores que atualmente só restaram dois e não foram substituídos os outros que saíram. Dentro da coordenação da UAB tem o núcleo de educação a distancia, esse núcleo é que recebe recursos da Capes para funcionários e para uma equipe multifuncional. Nele estão locados os terceirizados que estão ligadas aos cursos. São quatro cursos e um núcleo inseridos na coordenação da UAB. Todas as pessoas que fazem os cursos funcionar são da coordenação da UAB e recebem bolsa da Capes, inclusive os professores. Os servidores são ligados ao DEAAD. A Unilab se diz institucionalizada, mas não há servidores trabalhando diretamente com os cursos ofertados.

Dayanna – O que me chamou atenção na dissertação da Fabiana foi a síntese que ela fez em relação a estrutura necessária para o funcionamento dos cursos, visto que na Unilab não havia, e como isso foi superado?

Maria Aparecida – Ocorreram muitos problemas, não havia pessoas, não havia formação de professores e nem de tutores e os cursos tiveram que começar assim mesmo. No intuito de começar não medi esforços, comecei com professores e tutores que não estavam preparados. Nunca recebi uma ordem superior para parar o processo de oferta dos cursos. Por motivos internos, a Unilab acabou não se preparando para o início. É difícil parar um edital público e tiveram que começar da maneira que foi possível. Os núcleos foram criados há um ano, mas só agora conseguiu professores para ocupá-los, eu queria ter começado com servidores técnico-administrativos, mas até hoje como não tem, eu não posso continuar adiando. Nesse processo de institucionalização tem mais um problema, nós pegamos todo mundo sem experiência, não só em EaD, mas como também em gestão. Os processos não foram bem pensados, as escolhas foram realizadas como era possível e não como deviam, a gente deve

muita coisa, muita prestação de contas. A prestação de contas do ano passado não foi feita porque não tem quem faça. Desconheciam que era necessário prestação de contas com minúcias para Capes. Processos de tutoria, etc. Decisões para forma de montar a tutoria (seleção, forma de funcionar, treinar, demitir, orientar) não deviam ser tomadas pela Cida e sim deveriam ser institucionais. Não criei normas até agora porque não havia pessoas suficientes para discutir, talvez hoje já dê para iniciar esse processo. As pessoas reclamam porque eu uso o anfiteatro e o auditório todos os sábados porque querem manutenção preventiva nos locais. A infraestrutura interna é muito grande (refeitório, cantina, salas, equipamentos). Fiquei surpresa da gente não conseguir fazer a prestação de contas porque achava que a universidade estava lançando isso no centro de custo da DEAAD, mas a gente descobriu que não. Os problemas que o aluno sente estão ligados a coordenação do curso que nem sempre que faz está presente, aí eu falo: isso é problema de institucionalização, se a PROGRAD e a PROPPG tivessem se apossado da EaD, eram elas que estavam cuidando dos problemas do curso, não seria aqui. Aí fica a cara da Cida, fica como referencia, mas se eu tiver fazendo muita bobagem as pessoas também não percebem, porque aí você ou endeusa ou martiriza, tem gente que vai achar que eu sou uma tirana e tem gente que vai achar que eu sou o ser humano mais especial do mundo. Mas não é isso, porque o curso é da instituição, se ele fosse institucionalizado aí você não vai endeusar alguém e nem vai crucificar. O que acho legal ter começado por mim é que fica com a nossa cara e como eu tenho amor pela educação a distancia, tenho amor pelo aluno, tenho paixão pela universidade, to aqui desde o começo, o aluno é que o centro do processo, não é o professor, nem é o curso, quem sabe se implante uma cultura, mas não é a melhor forma de fazer, a melhor forma de fazer é institucionalizar. Aí você me pergunta quanto tempo vai levar para se institucionalizar, eu respondo que não sei, depende do ritmo da universidade, depende do tempo da gestão, pode ser até que não seja nem nessa. O meu sonho é que antes de quebrar é que seja institucionalizada. O processo se torna tão irreversível o processo que não dá pra alguém dizer que devemos parar. Do ponto de vista de institucionalização nos saímos de um momento e agora estamos em outro momento. Do ponto de vista da teoria dá para ver bem as fases, estamos na fase da consolidação.

Dayanna – Do ponto de vista da estrutura, a Capes exige um mínimo de estrutura para funcionar. Então a universidade se adequou para funcionar como a Capes deseja?

Maria Aparecida – nos tivemos a supervisão da Capes recentemente e ela não gostou do que viu do ponto de vista de orçamento e finanças, no sentido dos controles orçamentários

financeiros, apesar de elogiar muito o que nós estamos fazendo. Ela percebeu que nós temos fragilidades. Cortou o financiamento deste ano se não fizermos a prestação de contas. Já do ponto de vista de pessoas eles compreendem que a Unilab possui poucos colaboradores. Estamos com todos os alunos no sistema acadêmico, a evasão é pequena em relação a outras instituições, os motivos estão muito bem explicados.

Nesse sentido tudo avançou porque eu não tive medo, eu achava que ia ser mais rápido. Se eu sonhasse que fosse tão difícil talvez eu não teria encarado. O sonho não era o PNAP, era o mestrado mas chegar no mestrado, precisa implantar o programa e adquirir experiência.

Segunda Parte - 13 de maio de 2014, terça-feira, 10h40min

Dayanna – como foi realizado o primeiro ingresso de alunos nos cursos?

Maria Aparecida – O bacharelado foi realizado por vestibular, foi decidido pelo Conselho e o primeiro curso onde foram aprovadas cinquenta por cento das cotas. O edital foi elaborado pela PROGRAD e a realização do certame foi feita pela CCV da UFC, mas todos processo foram feitos aqui, inscrição, matrícula. Em relação aos cursos de especialização, foi lançado edital para os três cursos, primeira vez foi feito unificado, mas não vamos mais fazer assim, a seleção foi feita por aqui. O bacharelado nós demos duas entradas.

Dayanna - E as turmas de especialização de 2014, o edital também foi unificado?

Maria Aparecida – não, esse ano nós já fizemos um edital para cada curso. Nós fizemos editais para os três cursos para entrada em fevereiro, mas gestão municipal não teve candidato suficiente, foi feito um novo edital para entrada em junho e agosto. A segunda entrada para saúde e pública ainda não saiu edital.

Dayanna – Existe uma previsão para uma nova entrada de alunos para o bacharelado?

Maria Aparecida – A previsão é para 2015, porque esse ano já foi dada entrada no mês de fevereiro. Nós temos um numero elevado de alunos que ficaram reprovados em disciplinas e precisamos fazer reoferta, é necessário espaço físico, corpo docente para ser tomada uma decisão a respeito do vestibular e inclusive decidir sobre os custos porque a Capes não paga o vestibular. Como a Unilab não tem uma estrutura para o vestibular, essa é uma decisão

institucional que precisa ser tomada. A sugestão que a DEAAD deu é que a gente aproveitasse a nota do Enem, feito assim é como se fosse um SISU interno e hoje não temos essa estrutura com alguém para fazer este mapeamento. O mais provável é que nos fizéssemos mais uma vez o vestibular. Nesse processo de institucionalização ficou muita coisa nas mãos da DEAAD, se ela fosse uma unidade acadêmica, ela tomaria as providencias, mas ela não é e gera uma espera que a DEAAD tome uma iniciativa e quando toma, é criticada porque a iniciativa não deveria ser dela, pois os cursos pertencem aos institutos. O problema no processo de institucionalização é que ele não esta sendo feito pensado para EaD. Ainda não há corpo docente que faça isso. Se você ensinar o adulto de forma interdisciplinar ele vai aprender mais facilmente. A gente tem dificuldade de fazer porque nos operacionalizamos errado. Fazer EaD com educação tradicional não dá. Eu queria muito que Unilab se debruçasse sobre EaD. Faria parte da institucionalização da Unilab pensar inclusive em uma forma de ensino, repensar a forma de aprendizagem. Nós tivemos uma reunião com a comissão de expansão e um dos temas era como fazer a recuperação de alunos que estão ficando reprovados nas disciplinas do ensino presencial e eu perguntei por que não usa EaD? Mas o corpo docente se nega a enxergar. Existem vários cursos de matemática a distancia, se não fosse possível não existiria. É só colocar as ferramentas necessárias (ambiente virtual. Vídeos, monitoria). Sinceramente eu não sei como fazer para institucionalizar. Eu seria ditadora, se fosse reitora obrigaria a universidade utilizar a EaD, aí as pessoas iam ter que se debruçar. O que acontece é que eu coloco pro debate, os outros falam que não dá certo, mas nenhum professor nunca tentou, ninguém se dispõe internamente. Aí eu falo quando vamos institucionalizar a EaD na Unilab?

Dayanna – e a sua perspectiva de tempo para finalizar o processo de institucionalização?

Maria Aparecida – nenhuma. Eu espero estar enganada, mas eu acho que isso só vai acontecer quando for forçado pela lei, porque a lei vai forçar. Está sendo elaborado um novo marco regulatório, porque é vinte por cento dos cursos presenciais e vai passar a ser sessenta por cento de qualquer curso, usar a distancia. Porque a universidade quer ampliar o número de vagas, quer ampliar o numero de professores pensando só o presencial. Hoje oito por cento dos brasileiros na faixa de idade de 18 a 24 anos estão no ensino superior (ultimo censo do governo de 2013). O Governo quer aumentar essa taxa para trinta por cento. Então o Conselho Nacional de Educação está dizendo que a única maneira de elevar de oito para trinta por cento o numero de jovens, não há outro caminho que não seja com a educação a distância.

Por isso eles vão elevar esse teto de vinte por cento pra sessenta. Eles querem que os professores das salas de aula fiquem mais livres para terem mais alunos. Quando o governo colocar que a única forma de obter financiamento é elevando o numero de vagas, enfim, esses quatro anos que estou aqui, já saíram inúmeros editais de tecnologias em EaD e a gente não participou de nenhum, financiamentos que o governo dá pra você fazer técnica de EaD. Laboratórios, equipamentos e a gente não participou de nenhum porque ninguém tem interesse, porque aqui só existe foco no presencial.

Dayanna – mas a Unilab teria condições de participar?

Maria Aparecida – teria, era só ter interesse em fazer esse projeto e a gente participaria. O que choca é que nós somos uma universidade nova, nós é que devíamos dar o exemplo, os professores que chegam desconhecem porque já vem de universidades tradicionais. As privadas estão há anos luz da gente. Depois a gente critica que não tem qualidade etc.

Dayanna – e quantos aos tutores, também teve processo seletivo por meio de edital? Tudo feito pela Unilab?

Maria Aparecida – Sim, no início nós fizemos os tutores com base na especialização que a gente tinha aqui de Gestão Governamental. Nós fizemos o edital e avisamos esses alunos para eles participarem, só que a medida que nós fomos ampliando, começamos a abrir editais para o mercado. Hoje toda seleção de tutor é feita seleção pública, com editais feitos pela Diretoria.

Dayanna – Então editais para seleção de alunos são feitos pelas Pró-Reitorias e editais de tutores são feitos pela Diretoria, é isso?

Maria Aparecida – Não, como eu disse essa institucionalização não está bem definida, enquanto a PROGRAD fez o vestibular para curso de bacharelado, a PROPPG não se envolveu ainda com a seleção dos alunos para a pós-graduação. Essa Pró-reitoria não possui nenhuma informação dos alunos. A DEAAD fez tudo, desde a seleção, controle das notas, colocou os professores, ofertou as disciplinas, cadastrou os alunos no SIGA, digitou as notas no SIGA. *Esses alunos é como se não existissem na universidade para efeito de PROPPG.*

Dayanna – pelo o que estou entendendo no seu depoimento, é que a Diretoria é para gerir a parte administrativa e acadêmica?

Maria Aparecida – a parte acadêmica e controle de funcionários é para ficar com as Pró-Reitorias, mas terminou tudo ficando centrado na Diretoria. É uma proibição formal que a DEAAD seja uma unidade acadêmica, mas cada uma das unidades aqui não assumiu esse papel. A única coisa que a PROGRAD fez até hoje em relação aos alunos a distancia foi fazer o vestibular. A participação da DEAAD até agora foi de treinar as pessoas da DEAAD para fazer a inserção desses alunos no sistema acadêmico. Se a PROGRAD quiser alguma informação desses alunos no SIGAA não é por ação dela. O pior é que a cobrança é que nós façamos. Institucionalmente falando não está dito, se aí no teu trabalho você falar isso, o certo seria recomendar que todos esse processo fique com a DEAAD e dar uma estrutura para fazer (servidores, espaço). A gente trabalha com o pessoal terceirizado, mas eles não podem utilizar o sistema acadêmico e nem no sistema da UAB. Fica sempre o impasse de quem vai fazer o edital, por falta de quem faça, a DEAAD faz, mas não está institucionalizado que os editais sejam conduzidos pela diretoria. Desde o edital até a inserção desses alunos no sistema da UAB e no sistema acadêmico. Isto seria uma decisão institucional. A DEAAD fica executando coisas que ela se questiona. Os cursos não tem ainda um plano institucionalizado de como fazer recuperação dos alunos. O curso é que deve fazer, mas se curso não fizer quem faz? A Capes dá recursos. Isso é uma questão de projetos.

Dayanna – Houve capacitação dos tutores?

Maria Aparecida – Inicialmente deveria ter havido, mas não houve. Ela foi feita já no trabalho ou nem foi feita. Deu resultados muito negativos, a gente tem até um estudo bem bom a respeito desse processo, muitos pontos negativos e foi agora como trabalho de conclusão de curso, espero que a partir de agora no segundo semestre fique melhor. Os tutores, o processo foi induzido. Esse ano ainda não teve por causa do curso do PAC.

Dayanna – E os professores, como que se deu o processo para participação?

Maria Aparecida – Para professores ainda não fizemos seleção. A Capes exige que todos os bolsistas sejam adquiridos por meio de edital. Essa seleção ainda vai ser feita, mas os primeiros professores chegaram por meio de convite.

Dayanna – E de onde eles vieram? De qualquer instituição.

Maria Aparecida – Não, somente de instituições públicas. Aqui a gente faz por email, de vez em quando a gente manda email os convidando para disciplinas que estão em aberto. Quando eles vem, cadastramos no SIGA. É necessário ter no mínimo mestrado, experiência de um ano no ensino superior. Quando ele tem de 1 a 3 anos de experiência no ensino superior a bolsa é de R\$ 1.100,00, quando tem mais de 3 anos é de R\$ 1.300,00. A capacitação do professor para EaD ainda está sendo feita em serviço, mas a partir deste ano será exigida a formação. Não é uma formação somente para tutor, é uma formação para EaD. No próximo edital nós já faremos a seleção de professores por seleção pública, a intenção é lançar edital para todos os bolsistas.

Dayanna – Em relação ao ambiente virtual, como foi implantado e operacionalizado?

Maria Aparecida – Para a transmissão das aulas, a Capes nos deu duas salas de webconferencia, que são cedidas pela RNP para a instituição. O AVA que nós utilizamos o moodle foi instalação pela nossa diretoria de tecnologia, eles não só instalaram como são eles que fazem as atualizações. O moodle é um software livre, as universidades utilizam, mas é necessário ter uma equipe que conheça o software.

Dayanna – Então nesse ponto está institucionalizado?

Maria Aparecida – Está institucionalizado. Falta equipe para fazer o desenvolvimento, só uma pessoa na Unilab conhece, a Débora, então a gente não tem uma equipe que faça o desenvolvimento do moodle. A DTI foi a responsável por implantar, fazer a manutenção, mas não tem uma equipe de desenvolvimento. Eu sou favorável que nós não tenhamos mais o moodle e utilize só o siga, pois a gente já cadastraria os alunos e a gente teria um uso só. Tem duas possibilidades: entregar o moodle com o siga ou usar só o siga. A DTI é contra usar só o siga porque acha que o siga não dá suporte, isso porque a interação é muito frequente e teria que reconfigurar servidor. Eles estão trabalhando na integração do moodle com o siga. Depois

eles vão ter que trabalhar na integração do sistema da UAB ao nosso sistema acadêmico. As pessoas da DTI que estão trabalhando nisso, estão trabalhando como bolsistas da Capes, fora do expediente de trabalho.

Dayanna – Ou seja, mais uma ação da Diretoria?

Maria Aparecida – É mais uma ação da Diretoria.

Dayanna – E o material didático, como é disponibilizado?

Maria Aparecida – É custeado pela Capes. Esse financiamento é feito para o Brasil inteiro. Toda reprodução do material didático é feito pela Capes, inclusive a reprodução de mídias e a impressão do material didático. O que nós fazemos são os termos de referência e os editais. Ano passado não demos conta de controlar a distribuição desse material didático.

Dayanna – como é feita distribuição do material?

Maria Aparecida - foi feita pelas secretárias de curso, pelos tutores presenciais, mas a grande parte do material está toda no estoque. E o pior, não sei qual é a quantidade de material que precisa imprimir esse ano e já estamos no mês de maio. Quem devia fazer isso são os cursos, mas como eles não fazem e eu não fiz, ainda falta imprimir.

Dayanna – Enquanto isso os alunos ficam sem o material?

Maria Aparecida – Sim.

Eu passo para Capes a quantidade de alunos que dá entrada em cada polo e por meio desse número, ela já calcula todo o orçamento dos cursos (bolsas, material didático, viagens).

Eu tenho que alimentar o sistema que se comunica com a Capes (SISUAB) com todas as informações porque ainda não é integrado. Deveria ser alimentado pelos coordenadores de curso, mas hoje eles não estão alimentando. Este ano o núcleo recebeu R\$ 819.000,00, sendo R\$ 352.000,00 em bolsa e R\$ 466.000,00 em despesas. Para implementar os cursos, eles pagam três pessoas para cada curso que são os terceirizados, mandam as contribuições para pagar INSS, etc e pagam quatro pessoas para trabalhar comigo como revisor linguístico. Aí

ele tem as bolsas dos coordenadores de cursos, coordenador adjunto, tutoria, equipe multidisciplinar (que ficam nas coordenações dos núcleos) e revisores de conteúdo que são aqueles coordenadores pedagógicos.

Estamos em processo de revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, pois vem a comissão de avaliação de reconhecimento, os projetos precisam estar revistos. Além disso precisamos preparar as resoluções específicas: matrícula. Está com a do presencial elaborada há bastante tempo, mas não teve tempo ainda de preparar dos cursos a distância. Meu dia a dia ainda não permite sair do operacional para ir o para o estratégico. Ainda *tá* muito dependente do que eu faço e o que não faço não tem outra pessoa fazendo. No fundo é porque é muito complexo esse sistema e eu também não sabia. Se eu soubesse que era complexo talvez nem tivesse tanta coisa.

Dayanna – e a sua perspectiva de institucionalizar cada ponto desse?

Maria Aparecida – Talvez mais um ano. Agora a gente colocou as coordenações e os núcleos. Eles devem ficar estruturados em um ano.

Dayanna – E a universidade como um todo? Estou me baseando-se no que a senhora falou em relação à normativa?

Maria Aparecida – essa questão ainda não será em um ano, mas o que a Unilab precisa agora é institucionalizar o que ela já tem e isso para os cursos a distancia mesmo, agora para o presencial ainda demora. Quem sabe com a equipe maior, novo concurso para servidores. Falta a universidade não ver a EaD como um apêndice ou *coisa da Cida*. As Pró-Reitorias precisam se apropriar ou transformar a DEAAD em uma unidade acadêmica, dando estrutura para isso. Hoje há muita solidão. Hoje tudo chega a mim. Não está institucionalizada em relação a carga horária e as pessoas fazem quando podem. Eu faço porque acordo de madrugada para fazer, faço final de semana, mas só dou conta do operacional, não faço atividades estratégicas. Isso porque não está na carga de horária de ninguém. Nesse ponto realmente eu não sei quando é que a universidade vai enxergar isso.

ANEXO B

Anexo B

Aspectos principais de identificação do nível de institucionalização da Ead em instituições públicas de ensino superior brasileiras.

Aspectos	Fator		Pergunta Descritiva
Políticos e Filosóficos	1	Vocação Institucional	EaD é compatível com missão/vocação regimental da IES?
	2	Sustentabilidade	Políticas institucionais de EaD projetadas a longo prazo?
	3	Políticas e Procedimentos	Mesmo modelo de ensino presencial foi adotado na EaD?
	4	Capilaridade Institucional	EaD disseminada na IES ou é restrita a um conjunto limitado de unidades, cursos ou ações específicas?
	5	Participação dos Centros / Departamentos	EaD academicamente centrada nas unidades acadêmicas – departamentos / centros / faculdades / institutos da IES.
	6	Rede de Colaboração	EaD à disposição e pode dispor dos órgãos / instâncias institucionais ou se pretende construir uma “mini-IES” de gestão autônoma?
	7	Integração EaD-Presencial	Há políticas de promoção da integração entre as modalidades de educação presencial e a distância?
	8	Integração aos Conselhos Superiores	Equipes de gestão e estudantes de EaD têm assento nos conselhos Superiores da IES?
Continuidade	9	Orçamento Específico	Há recursos disponíveis para ações de EaD e meios para a sua vinculação orçamentária às ações da IES?
	10	Políticas de Avaliação	Há avaliação permanente das políticas institucionais EaD, consulta de necessidades (gestão, professores, alunos, técnicos, comunidade)?
Comunicação	11	Visibilidade Interna / Externa	EaD está visível da página de internet da IES, catálogos, boletins e nas políticas de comunicação externa e interna?
	12	Política de comunicação	Há política de promoção interna e externa, da EaD?
Infraestrutura	13	Infraestrutura Física e Tecnológica	Espaço físico e condições tecnológicas para EaD atendem necessidades e projeções de crescimento?
	14	Sistemas de Gestão Acadêmico-Administrativa	Há sistemas informatizados de gestão específicos dos cursos e programas em EaD?
	15	Gestor de EaD	Há gestor institucional dedicado à EaD?
	16	Equipes de Gestão e Administração	Equipes de gestão, multidisciplinares e administrativas atuam na EaD com dedicação exclusiva e estabilidade?
	17	Equipe de Desenho Institucional	Há equipe multidisciplinar à disposição das unidades acadêmicas ofertantes de cursos de EaD?
	18	Formação de Pessoal	Há política permanente de capacitação, formação e desenvolvimento do pessoal em atividades de EaD?
	19	Incentivos Profissionais	Há incentivos profissionais para as atividades na

			EaD?
Políticas Discentes	20	Registro Acadêmico <i>On-Line</i>	Registro acadêmico e matrícula em disciplinas são realizados em sistemas informatizados <i>On-Line</i> ?
	21	Suporte a Distância Pleno	Os estudantes dos cursos EaD dispõem de pleno suporte acadêmico e tecnológico, efetivamente à distância?
	22	Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA	AVA adequadamente construído para atividades EaD?
	23	Acervo Bibliográfico <i>On-Line</i>	Cursos EaD dispõem de acervo bibliográfico <i>On-Line</i> ?
	24	Diversificação de Disciplinas (Grade Aberta)	Cursos EaD dispõem de disciplinas e grades curriculares que caracterizem ensino superior no sentido estrito?
	25	Serviços / Direitos	Estudantes dos cursos EaD dispõem de serviços e direitos institucionais tais como: participação em eleições, assistência estudantil, serviços de secretaria, etc?

Fonte: Ferreira e Mill (2013), p. 156 e 157.